

PROCESSO

23071.020998/2016-04

INTERESSADO: AUDITORIA-GERAL DA UFJF / CONSELHO SUPERIOR

DATA DE ENTRADA: 27/10/2016

SETOR DE ORIGEM: AUDITORIA GERAL

TÍTULO: PAPÉIS DE TRABALHO - ATIVIDADE Nº 09 - ELABORAÇÃO DO
PAINT/2017

ASSUNTO: PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA



PROCESSO DE PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DA AUDITORIA INTERNA

**PERÍODO/EXERCÍCIO:
PAINT - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
FORTALECIMENTO: A PARTIR DE 2017**

**OBJETO:
PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA
FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA**

**ENTIDADE:
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**PROCESSO:
23071.020998/2016-04**

**JUIZ DE FORA – MG
OUTUBRO / 2016**

Sumário

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DA AUDITORIA	3
ANEXO 1 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA / PAINT-2017	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	7
2.1. Objetivos	7
2.2. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI	7
2.3. Cursos de Graduação	9
2.4. Cursos de Pós-Graduação	10
2.6. Missão e Estrutura Administrativa	11
3. UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	12
3.1. Apresentação	12
3.2. Missão, Visão e Negócio	12
3.3. Objetivos	12
3.3.1. Objetivo geral	12
3.3.2. Objetivo específicos	13
3.3.3. Objetivo estratégicos	14
3.4. Unidade administrativa	14
3.5. Recursos Humanos	14
4. RELAÇÃO DE TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS	17
5. IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS CONSTANTES DA MATRIZ DE RISCO	20
6. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	22
7. FORTALECIMENTO DA AUDITORIA INTERNA	26
7.1. Ações realizadas no Exercício de 2016	26
7.2. Ações Necessárias no Exercício de 2017	30
7.2.1. SIAUDI – Sistema Informatizado de Auditoria Interna	30
7.2.2. Recursos Humanos	30
7.2.3. Recursos Materiais	31
7.2.4. Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	33
8. CONCLUSÃO	34
9. TABELAS E QUADRO	36
9.1. Matriz de Risco	36
9.2. Cronograma de Férias dos Servidores da Auditoria-Geral	44
9.3. UFJF entre as vencedoras no IV Concurso de Boas Práticas	46
ANEXO 2 – ATUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE AUDITORIA	51
ANEXO 3 – ATUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO PAINT	52
ANEXO 4 – ATUALIZAÇÃO DO MODELO DE PROGRAMA DE AUDITORIA	53

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DA AUDITORIA

RESOLUÇÃO Nº _____ / 2016.

Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna/PAINT-2017 e medidas de fortalecimento e dá outras providências.

O **CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA** (UFJF), considerando o disposto na Instrução Normativa/CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, o que consta do Processo Administrativo nº. 23071.020998/2016-04, as ponderações oriundas dos órgãos de controle, Controladoria-Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União, e o que foi deliberado em sua reunião ordinária do dia _____ de _____ de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT – 2017, a ser executado no período de janeiro a dezembro de 2017 e na forma do Anexo 1 a esta Resolução.

Art. 2º. Aprovar a:

I – atualização do Processo de Auditoria na forma do Anexo 2;

II – atualização do Quadro I - Relatório de Execução da Atividade do PAINT, constante do Programa de Monitoramento do PAINT na forma do Anexo 3;

III – revisão no Manual de Auditoria Interna da UFJF, constante do Anexo 2 da Resolução do Conselho Superior nº 42, de 21 de dezembro de 2010, mediante a implantação de nova estrutura de modelo de Programa de Auditoria – PA na forma do Anexo 4.

Parágrafo único. Fica o Auditor-Geral autorizado a proceder a atualizações e alterações no Processo de Auditoria, Programa de Monitoramento do PAINTE e Manual de Auditoria Interna da UFJF, por meio de instrução normativa.

Art. 3º. Fica a Auditoria-Geral da UFJF autorizada a:

I – realizar ao longo do PAINTE qualquer das ações de auditoria, conjuntamente em parceria com outras unidades de auditoria de Instituições Federais de Ensino do MEC, visando oferecer um resultado de nível regional, estadual e/ou federal, sendo caracterizada como Ação Coletiva de Auditoria – ACA, em prol do fortalecimento da atividade e da racionalização das ações de controle;

II – realizar os procedimentos de implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito desta unidade.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Juiz de Fora (MG), _____ de _____ de 2016.

Rodrigo de Souza Filho
Secretário Geral

Marcus Vinicius David
Presidente do Conselho Superior

***ANEXO 1 - PLANO
ANUAL DE
ATIVIDADES DE
AUDITORIA INTERNA /
PAINT-2017***

1. INTRODUÇÃO

A finalidade básica da auditoria é buscar a promoção da legalidade e da legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e de pessoal da UFJF. A Auditoria-Geral tem por objetivo assessorar e orientar os gestores, acompanhar e avaliar os atos administrativos de forma a fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle e prestar apoio aos órgãos de controle externo e interno.

Sendo assim, o presente Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), relativo ao exercício de 2017, tem por meta a realização de auditorias em setores que englobem os TEMAS: Execução do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Institucional; Serviço de Seleção e Treinamento; Indicadores - Decisão TCU 408/2012 – Plenário; Resultados Quantitativos e Qualitativos do Ensino da UFJF; Bolsas de Estudo no País; Fornecimento de Alimentação; Vigilância Ostensiva; Instalações; Bolsas de Estudo no Exterior; Monitoramento dos Controles de Gestão; Programa de Monitoramento do Paint; Programa de Capacitação Permanente – Procape; Atividades Extraordinárias; Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – Raint/2016; Processo de Contas 2016 - Parecer e Informações; Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – Raint/2017; Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint/2018. Além disso, serão consideradas as orientações da CGU e do TCU, bem as diretrizes adotadas ou a serem adotadas pela instituição.

Visando a fiel, completa e regular execução do presente PAINT na nova metodologia, faz-se necessário a Administração Superior dê apoio à Auditoria-Geral no sentido de buscar a instalação de uma sede preparada e apropriada a trabalhos auditoria, como por exemplo, mediante o término da reforma de sala na parte de baixo do Prédio do Centro de Vivência, a remoção de servidores de outras unidades para a Auditoria-Geral, bem como a aprovação da revisão do Manual de Auditoria e a atualização do Programa de Monitoramento do PAINT e do Processo de Auditoria.

Os procedimentos de análise serão adotados nas unidades administrativas consideradas que tem relação com os temas passíveis de serem trabalhados pela auditoria e serão executados pelos servidores da Auditoria-Geral da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG.

O presente plano encontra-se estruturado por oito (8) tópicos que tratam da: Universidade Federal de Juiz de Fora, unidade de auditoria interna, relação de temas passíveis de serem trabalhados, identificação dos temas constantes da matriz de risco, ações de capacitação, fortalecimento da auditoria interna, conclusão e tabelas e quadro. A metodologia utilizada na construção do documento foi baseada nas orientações estabelecidas pela Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, o que consta do Processo Administrativo nº. 23071.020998/2016-04, as ponderações oriundas dos órgãos de controle, Controladoria-Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União e os termos do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Por fim, este PAINT guarda conformidade com os trabalhos que vem sendo desenvolvidos por outras Instituições Federais de Ensino, preservando, contudo, as particularidades e individualidades da UFJF.

2. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Serão explanados nas seguintes seções os objetivos e estrutura da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), instituição à qual esta Unidade de Auditoria Interna pertence.

2.1. Objetivos

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), criada pela Lei nº 3.858, de 23 de dezembro de 1960, é Instituição Federal de Ensino Superior, com sede na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, comprometida com a sua responsabilidade de melhor atender às demandas da sociedade visando o desenvolvimento da região.

A gestão atual tem investido na melhoria das condições de infraestrutura com o intuito de ofertar maior número de vagas em seus cursos e propiciar condições ao desenvolvimento da pesquisa, da graduação e da pós-graduação, concomitante à contratação de mais docentes e técnicos administrativos em educação.

Inúmeros projetos estão em execução na área de pesquisa e extensão objetivando a melhoria da qualidade e ampliação das ações empreendidas nestas áreas, de forma a cumprir o papel de geradora de conhecimentos e de formação de recursos humanos e possibilitar a integração ensino e pesquisa com a sociedade, articulando a Universidade com os diversos segmentos sociais, quer sejam públicos ou privados.

2.2. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFJF, período de 2015-2019, encontra-se amparado metodologicamente pelas diretrizes expressas no Art. 16 do Decreto nº 5.773 de 09/05/2006 e demais dispositivos legais pertinentes.

Os objetivos primordiais da Universidade estão elencados a seguir:

➤ Garantir a excelência acadêmica

Não há como chegar à excelência sem ultrapassar velhos modelos, é preciso inovar nos processos de aprendizagem em todas as esferas da universidade, desde o início do processo de formação intelectual, com a educação básica, passando pelos cursos de graduação e pós-graduação.

Para isso, é necessário ampliar as inovações de práticas pedagógicas, incrementar a utilização das novas tecnologias no processo de formação, estimular a capacidade criativa dos estudantes e a formação em compasso com os melhores centros de produção de conhecimento do mundo. É preciso também aprofundar o processo de valorização do professor, em todas as suas dimensões, como pilar para o desenvolvimento de um ambiente criativo e inovador, no qual a interação de atividades de pesquisa e formação de recursos humanos se entrelacem com projetos de extensão, propiciando a capacitação de “agentes de mudanças”, profissionais capazes de fazer a diferença e contribuir diretamente em processos de transformação econômica e social.

Só será possível alcançar uma Universidade de Excelência se adotarmos um conceito de Universidade que vá muito além de uma “federação de faculdades e institutos isolados”.

Para cumprir tal objetivo é preciso incentivar a multidisciplinaridade, encaixando as partes, encaixando os diversos institutos e faculdades, removendo barreiras.

➤ Assegurar a democratização do ensino

A nova universidade pública deverá reivindicar seu protagonismo como espaço de formação de pessoas conscientes por meio da conquista de legitimidade que, em um ambiente democrático, se afirma pelo acesso não classista, não racista, não sexista e não etnocêntrico aos cursos de graduação. Por isso, faz-se necessário avançar no que respeita à consolidação das políticas de ação afirmativa e na criação das condições materiais e simbólicas para o acolhimento, permanência, promoção e aprendizagem por parte dos graduandos, cujo novo perfil começa a participar da paisagem acadêmica dos campi.

➤ Promover qualidade de vida

Qualidade de vida, cada vez mais, se mostra um conceito fundamental, base para cuidarmos do ser humano como indivíduo e para cuidarmos de nossa instituição e da sociedade como um todo. Quem vive bem, com qualidade, multiplica bem-estar, trabalho e realizações.

Para alcançarmos patamares de excelência uma Universidade deve ser constituída por pessoas comprometidas, integradas, motivadas e voltadas para a produção de conhecimentos de ponta, a transmissão de saberes consolidados e novos saberes, a inovação em todas as áreas de atuação.

➤ Otimizar processos organizacionais e infraestrutura

A infraestrutura da UFJF recebeu grandes investimentos nos últimos anos. A construção de diversos prédios destinados a abrigar unidades, laboratórios de pesquisa, espaços de ensino, além do novo Hospital Universitário e do campus de Governador Valadares são fundamentais para o alcance da excelência acadêmica, ao mesmo tempo em que exigem a adoção de padrões avançados de utilização e conservação de seu patrimônio.

Um processo organizacional relevante para o bom desempenho das atividades da UFJF é proporcionar sensação de segurança à comunidade acadêmica, bem como a todos que direta ou indiretamente se relacionam com a Universidade Federal de Juiz de Fora, por meio de ações preventivas e multidisciplinares viabilizadas pelo diálogo permanente com todos os envolvidos no processo de produção, fruição e disseminação do conhecimento.

A excelência acadêmica em todos os níveis depende de uma estrutura organizacional adequada aos desafios postos às universidades contemporâneas. Agilidade, transparência e integração organizacional são fundamentais para o êxito da atividade fim.

➤ Fortalecer a inovação social, a inserção e o desenvolvimento regional

A Universidade, ao exercer seu papel de responsabilidade social, se torna protagonista do diálogo entre os saberes e a sociedade.

A Extensão sempre foi muito forte e relevante na história da UFJF. Nos últimos anos, houve um incremento de suas ações (programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços) cada vez mais interligadas com o ensino e a pesquisa: uma Extensão moderna, plural, tecnologicamente inovadora, socialmente articulada, reflexiva sobre as políticas públicas e comprometida com o combate à exclusão social. Hoje, seus limites ultrapassam o campus de Juiz de Fora, envolvem o Campus Avançado de Governador Valadares e o Ensino a Distância (EAD).

A UFJF fortalecerá os projetos de extensão que, integrados ao ensino e à pesquisa, visem ao estudo e à transformação das dinâmicas socioeconômicas e ambientais em especial das mesorregiões da Zona da Mata e do Vale do Rio Doce, se expandindo para outras regiões nacionais, sobretudo pelo desenvolvimento da extensão no EAD, tendo sempre em vista uma sociedade mais justa e democrática.

➤ Consolidar o desenvolvimento do Campus de Governador Valadares

A UFJF abraçou o Campus de Governador Valadares, mesmo sabendo que o início seria difícil, porque estava ciente da importância desse investimento para a região do Vale do Rio Doce. Há que se destacar que o campus de Governador Valadares tem conseguido atrair professores/pesquisadores e técnicos altamente qualificados, ansiosos por construir ou (re)construir uma carreira de sucesso na instituição, razão pela qual as demandas por melhores condições são tão evidentes. Todos os esforços serão feitos para implantar uma infraestrutura de excelência, com conclusão das obras do campus o mais rapidamente possível.

Além dos principais objetivos apresentados neste tópico, são também compromissos da Administração Superior da UFJF, na vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019): introduzir alimentos oriundos de agricultura familiar no Colégio de Aplicação João XXIII e nos Restaurantes Universitários; incentivar, fortalecer e ampliar projetos de ensino, pesquisa e extensão que fomentem agricultura familiar na região em que se insere a UFJF; ampliar o tempo de abertura das Bibliotecas Centrais para estudo; implantar o acesso à internet em todas as partes dos campi; criar Plano Diretor dos campi, política de mobilidade interna e de uso e ocupação dos espaços da UFJF; fortalecer e expandir mecanismos que ampliem a participação da comunidade acadêmica nas decisões da UFJF; criar e implantar o Orçamento Participativo na UFJF; transformar o SIGA em verdadeira ferramenta pedagógica e acadêmica dos estudantes; reimplantar a incubadora de cooperativas; incentivar, fortalecer e ampliar projetos de ensino, pesquisa e extensão que se insiram nas comunidades periféricas dos campi da UFJF; garantir acesso de egressos às bibliotecas e suas bases de dados na UFJF; criar plano de expansão decenal; promover e subsidiar os trabalhos da Comissão da Verdade; transformar o DCE Centro num centro de difusão cultural da UFJF; reformular a política de segurança e integrá-la à política de combate às opressões.

2.3. Cursos de Graduação

A UFJF oferece, atualmente, 67 cursos de graduação, nas modalidades presenciais e a distância no campus sede e no campus avançado de DIGV, nos turnos diurno e noturno. Em 2014 registraram-se 14.786 estudantes no campus

sede, 1.160 em DIGV e 1.962 nos cursos de ensino a distância (EAD), totalizando 17.908 estudantes.

No campus de Juiz de Fora são oferecidos os seguintes cursos: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Artes e Design, Artes Visuais, Ciência da Computação, Ciência da Religião, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Design, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia Computacional, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica – Energia, Engenharia Elétrica – Robótica e Automação Industrial, Engenharia Elétrica – Sistemas de Potência, Engenharia Elétrica – Sistemas Eletrônicos, Engenharia Elétrica – Telecomunicações, Engenharia Mecânica, Estatística, Farmácia, Filosofia, Física, Fisioterapia, Geografia, História, Jornalismo, Letras – Libras, Letras – Tradução | Português | Espanhol | Francês | Inglês | Italiano | Latim, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Moda, Música, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Química, Serviço Social, Sistemas de Informação, Turismo.

No campus avançado de Governador Valadares são oferecidos os seguintes cursos: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Educação, Física, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia.

Considerando ainda que o uso da tecnologia é uma poderosa ferramenta para a democratização do acesso ao ensino superior público e de qualidade, a UFJF tem lançado mão da Educação a Distância (EAD) como uma metodologia até então pouco utilizada na Instituição, para possibilitar o desenvolvimento regional. São cursos oferecidos na modalidade de EAD pela UFJF: Administração Pública, Computação, Educação Física, Física, Matemática, Pedagogia, Química.

2.4. Cursos de Pós-Graduação

A produção de conhecimento e a formação de profissionais altamente qualificados são critérios que balizam os 60 mestrados, doutorados e especializações, além de cursos de aperfeiçoamento e de residências médica, de saúde e multiprofissional, oferecidos pela UFJF.

Em fase de consolidação e expansão, a pós-graduação *stricto sensu* ampliou expressivamente a quantidade de mestrados e doutorados, nos últimos 11 anos, saltando de 15 para 55 cursos oferecidos. Para acompanhar esse desenvolvimento, a UFJF, por meio da Pró-reitoria adjunta de Pós-graduação, investe na captação de recursos para fomento da área e criou o Programa de Apoio à Pós-graduação, citado positivamente em avaliações da Capes, responsável pelo reconhecimento e avaliação dos cursos.

A UFJF também se dedica à captação externa e à oferta própria de bolsas de estudo, estimula a capacitação de seu corpo docente, a participação em eventos científicos, a criação de grupos de pesquisa e incentiva o intercâmbio de pesquisadores e a criação de estágios de pós-doutorado.

No campo da pós-graduação *lato sensu*, que inclui especializações, o estudante encontra a oportunidade para seu aprimoramento profissional, ampliando o conhecimento e a prática em áreas específicas de sua formação. Os cursos visam ampliar a competitividade, a inserção social e o empreendedorismo de seus profissionais.

2.6. Missão e Estrutura Administrativa

Ao estabelecer o planejamento das atividades de auditoria se faz imprescindível avocar a missão basilar da Universidade, conforme estabelecida no artigo 5º do Estatuto da UFJF¹:

A Universidade Federal de Juiz de Fora tem por finalidade **produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.**

A estrutura organizacional da Universidade Federal de Juiz de Fora em que se desenvolverão as suas atividades e que será subsidiará os trabalhos de auditoria é o organograma atualizado da UFJF.

¹ UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. Estatuto da UFJF. Juiz de Fora, 1998, p.2. Disponível em: "<http://www.ufjf.br/portal/files//2009/01/estatuto.pdf>". Acesso em 20 de outubro de 2015.

3. UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Nas seções que seguem serão apresentadas a Auditoria-Geral, com a sua visão, missão e negócio, bem como a relação dos objetivos, a unidade administrativa e os recursos humanos.

3.1. Apresentação

A Auditoria-Geral da UFJF foi criada, implantada e estruturada por meio da Resolução do CONSU nº 42, de 21 de dezembro de 2010 e funciona como órgão de apoio e assessoramento ao Reitor, tendo como responsabilidade precípua a auditoria interna da instituição. Na referida resolução também foram aprovados o Regimento Interno e o Manual de Auditoria Interna.

Além disso, a unidade é reconhecida como órgão central do Sistema de Controle Interno da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Para auxiliar nas atividades de auditoria é permitido aos auditores internos o cadastro e acesso a sistemas informatizados da UFJF, também os corporativos do Governo Federal como: SIAFI, Tesouro Gerencial, SIAFI Gerencial, SIAPE, Extrator, Trilhas, SIMEC, SIASG, e outros afetos à instituição (SIAUDI, etc).

Através dos dados e informações coletadas nesses sistemas de banco de dados, bem como na legislação, em jurisprudência do TCU e de tribunais do judiciário (se for o caso), nos documentos e em entrevistas que serão realizados os trabalhos de auditoria.

A unidade de auditoria interna será atendida com verba orçamentária e financeira a ser garantida pela Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão e pelo Gabinete do Reitor.

3.2. Missão, Visão e Negócio

A missão é “Fortalecer a gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos com vistas a assegurar que os objetivos da Universidade Federal de Juiz de Fora sejam alcançados de forma regular”.

A visão é “elevar a Auditoria-Geral da UFJF a um centro de excelência em auditoria interna federal, em prol do fortalecimento da gestão”.

E o negócio é a realização de auditoria interna no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora.

3.3. Objetivos

Nas subseções seguintes serão expostos o objetivos geral, específico e estratégicos da Auditoria-Geral que interligam com o desenvolvimento das ações de auditoria.

3.3.1. Objetivo geral

O objetivo geral segundo a prescrição prevista no artigo 2º, do Anexo 1 – Regimento Interno da Auditoria-Geral, da Resolução do CONSU nº 42, de 21 de dezembro de 2010 é “assessorar e orientar os gestores, acompanhar e avaliar os atos administrativos de forma a fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle

e prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal”.

3.3.2. Objetivo específicos

Segundo o artigo 4º, do Anexo 1 – Regimento Interno da Auditoria-Geral, da Resolução do CONSU nº 42/2010, são objetivos específicos:

- assistir direta e imediatamente ao Reitor no desempenho de suas atribuições, quanto aos assuntos e providências que, no âmbito da universidade, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública Federal Indireta;
- assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal, objetivando a economicidade, a eficiência, a eficácia, a efetividade e a equidade;
- acompanhar as recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas pelos órgãos/unidades do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;
- estabelecer e monitorar planos, programas de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objetivando uma maior eficiência e eficácia dos controles internos administrativos, colaborando para a redução das possibilidades de fraudes e erros;
- elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINTE;
- elaborar o Manual de Auditoria Interna - MAINT, bem como as suas atualizações e submeter à análise e aprovação do Conselho Superior.

E ainda, o artigo 5º, do Anexo 1 – Regimento Interno da Auditoria-Geral, da Resolução do CONSU nº 42/2010 contempla outros objetivos específicos:

- acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito da entidade, visando comprovar a conformidade de sua execução;
- assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;
- verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;
- verificar o desempenho da gestão da entidade, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;
- orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;
- examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais;
- propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização;

- comunicar, tempestivamente, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares, que causaram prejuízo ao erário, à Secretaria Federal de Controle Interno, após dar ciência à direção da entidade e esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, para ressarcir à entidade;
- verificar a consistência e a fidedignidade dos dados e informações que compõem as contas do Presidente da República no Balanço Geral da União/BGU;
- testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão, admissão de pessoal.

3.3.3. Objetivo estratégicos

Os objetivos estratégicos são os seguintes:

- assegurar o processo contínuo de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores da auditoria;
- efetuar o monitoramento das atividades de auditoria;
- desenvolver projetos visem promoção do conhecimento acadêmico e ao mesmo tempo contribuam para o desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria da unidade de auditoria;
- criar manuais e procedimentos de controle e rotina e fluxos de trabalho para o aprimoramento das atividades de auditoria;
- alcançar a certificação da unidade de auditoria, bem como dos auditores integrantes do quadro;
- levantar as limitações aos trabalhos de auditoria e tomar medidas que busquem a sua mitigação ou afastamento por completo;
- conhecer trabalhos de auditoria realizados em outras instituições federais;
- buscar a informatização dos trabalhos;
- criar indicadores de desempenho;
- buscar mecanismos de aproximação e boa relação com as unidades auditadas.

3.4. Unidade administrativa

A Auditoria-Geral é constituída por 1 (uma) unidade administrativa, sendo localizada no Campus de Juiz de Fora e outra unidade no Campus de Governador Valadares, vinculada a primeira como sendo a sede.

3.5. Recursos Humanos

A estrutura funcional prevista para a unidade é a constante no artigo 8º, do Anexo 1 - Regimento Interno, da Resolução do CONSU, nº 42/2010, *in verbis*:

Art. 8º. A Auditoria-Geral da UFJF terá a seguinte estrutura funcional, sendo os servidores designados dentro das possibilidades, conforme sugestão:

I - Auditor-Geral

II - Auditor-Adjunto

III - Corpo de Técnicos Administrativos:

a) Auditores

b) Analistas

c) Assistentes em Administração

d) Secretário-Executivo

e) Estagiários

Entretanto, atualmente a estrutura real da Auditoria-Geral da UFJF é composta pelos seguintes servidores:

CAMPUS DE EXERCÍCIO: JUIZ DE FORA				
Nome	Cargo	Ingresso na Auditoria	Graduação	Pós-graduação
Enio Henrique Teixeira	Auditor-Geral	01/09/2009	Bacharel em Direito	Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública
José Alexandre da Silva	Auditor	01/09/2009	Bacharel em Ciências Contábeis	Especialista em Gestão Financeira e Mestre em Letras
Caroline Casagrande Pinto	Auditor	01/02/2010	Bacharel em Ciências Contábeis	Especialista em Gestão Pública e Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Linus Helvécio Gonçalves Ramos de Castro	Auditor	15/09/2014	Bacharel em Ciências Contábeis	Pós-graduando em Direito Constitucional
Eduardo Motta de Castro	Auditor	29/09/2014	Bacharel em Ciências Contábeis	Especialista em Contabilidade Financeira e Auditoria
Ricardo José Torres Alves	Administrador	04/04/2016	Bacharel em Administração	Especialista em Finanças

CAMPUS DE EXERCÍCIO: GOVERNADOR VALADARES				
Nome	Cargo	Ingresso na Auditoria	Graduação	Pós-graduação
Fabício Brunelli Machado	Auditor	23/03/2015	Bacharel em Direito	Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Joaquim de Araujo Gomes	Auditor	12/05/2015	Bacharel em Ciências Contábeis	Mestrando em Gestão e Avaliação da Educação Pública

Assim sendo, constata-se que na lotação atual dos servidores da Auditoria-Geral percebe-se uma desproporcionalidade na comparação o orçamento da despesa empenhada de 2016 (período de janeiro a outubro até 28/10/2016), onde há no Campus de Juiz de Fora 75% de servidores para um orçamento de 99,97%, enquanto que no Campus de Governador Valadares há 25% de servidores para um orçamento de 0,03%, conforme tabela abaixo:

LOTAÇÃO DE SERVIDORES DA AUDITORIA ATUAL				
Campus	Total da Despesa Empenhada em 2016 (jan a out)	Percentual da Realizada	Quantidade de Servidores	Percentual de Servidores
Juiz de Fora	678.517.745,44	99,97%	6	75,00%
Governador Valadares	178.170,00	00,03%	2	25,00%
Totais	678.695.915,44	100,00%	8	100,00%
Fonte: Tesouro Gerencial-2016				
Observação: a quantidade de servidores contempla auditores e administrador				

Na lotação planejada no presente PAINT, considerada a ideal para a realidade atual, haverá uma melhor distribuição de servidores da Auditoria-Geral e proporcionalidade na comparação do orçamento da despesa empenhada de 2016 (período de janeiro a outubro), onde haverá no Campus de Juiz de Fora 92,86% de servidores para um orçamento de 98,75%, enquanto que no Campus de Governador Valadares haverá 7,14% de servidores para um orçamento de 1,25%, conforme tabela abaixo:

LOTAÇÃO DE SERVIDORES DA AUDITORIA IDEAL (APROVAÇÃO PAINT-2017)				
Campus	Total da Despesa Empenhada em 2016 (jan a out)	Percentual da Realizada	Quantidade de Servidores	Percentual de Servidores
Juiz de Fora	678.517.745,44	98,75%	13	92,86%
Governador Valadares	178.170,00	1,25%	1	7,14%
Totais	678.695.915,44	100,00%	14	100,00%

Observações:

a) a quantidade de servidores contempla auditores, analista de TI, engenheiro, secretário-executivo e assistente em administração;

b) A unidade do Campus de Governador Valadares poderá ser contemplada com ações específicas de auditoria para serem realizadas em prazo determinado e com inspeções in loco quando da realização dos trabalhos.

Além disso, as despesas empenhadas pelo Campus de Governador Valadares se classificam na matriz de risco entre 1,00 e 1,25 do total de 3,00 pontos para materialidade, relevância e criticidade, classificando-se com impacto médio e baixa probabilidade. Ao contrário disso, os temas classificados com pontuação de 2,50 a 3,00 pontos na matriz de riscos, conseqüentemente com risco de ALTO IMPACTO e de MÉDIA A ALTA PROBABILIDADE estão todos e exclusivamente concentrados no Campus de Juiz de Fora.

Portanto, considerando que a organização do quadro da estrutura funcional da Auditoria-Geral da UFJF ainda está com a composição prevista e diante da enorme demanda de auditoria na instituição, especialmente no Campus de Juiz de Fora, faz-se necessário a admissão/nomeação/remoção (conforme o caso) de:

Quantidade	Cargo	Admissão	Objetivo
01	Analista de Tecnologia da Informação	Concurso, nomeação, remoção	Desenvolver o sistema informatizado de auditoria interna e outros subsistemas de apoio na prestação de contas
01	Engenheiro	Concurso, nomeação, remoção	Prestar apoio os auditores na fiscalização de obras
03	Assistente em Administração	Concurso, nomeação, remoção	auxiliar nas atividades administrativas de auditoria
01	Secretário-executivo	Concurso, nomeação, remoção	assessorar em atividades de secretaria da unidade

A admissão e/ou remoção de Analista de Tecnologia da Informação, Engenheiro, Assistente em Administração, Secretário-executivo, pode ser realizada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, a partir da publicação da resolução de aprovação deste plano anual de auditoria.

A lotação dos servidores supracitados nos quadros da auditoria será de fundamental importância e propiciará um maior e melhor desenvolvimento das atividades a serem realizadas conforme descrito neste plano de auditoria.

Em relação aos estagiários, serão elaborados processos de seleção para a admissão na unidade.

4. RELAÇÃO DE TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS

Este tópico visa ao atendimento ao inciso I do artigo 4º da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015², que dispõe:

Art. 4º O PAINT conterà, no mínimo:

I - **relação** dos macroprocessos ou **temas passíveis de serem trabalhados, classificados** por meio de **matriz de risco**, com a **descrição dos critérios** utilizados para a sua elaboração;

Esta norma contempla duas (2) formas de construção da matriz de risco, a primeira por macroprocessos, que exige um mapeamento na instituição e a segunda por temas passíveis de serem trabalhados, que pode ser obtido através da natureza da despesa detalhada.

Para este PAINT optou-se pela segunda hipótese, sendo a relação dos temas obtidos referente ao período de janeiro a outubro de 2016, através do TESOIRO GERENCIAL³ (consulta realizada com base de dados de 03h07min50segundos do dia 28/10/2016). Após a exportação para uma planilha do Excel foram acertados os títulos, selecionadas as células com as informações, criada uma tabela dinâmica para utilização da natureza da despesa detalhada como temas e por fim procedida a formatação desejada.

Quanto à classificação da matriz de risco foram adotados conjuntamente três (3) critérios, quais sejam: materialidade, relevância e criticidade.

Utilizando os valores de empenhado da natureza da despesa detalhada, a **materialidade** foi avaliada a partir dos valores constantes nos artigos 23 e 24 da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), conforme tabela abaixo:

Compras, Serviços, Pessoal e Encargos		Obras e Engenharia		Peso
Valor inicial	Final	Valor inicial	Final	
0,00	8.000,00	0,00	15.000,00	0,25
8.000,01	80.000,00	15.000,01	150.000,00	0,50
80.000,01	650.000,00	150.000,01	1.500.000,00	0,75
650.000,01	acima de 650.000,01	1.500.000,01	acima de 1.500.000,01	1,00

Quanto à **relevância**, adotou-se este critério voltado às políticas da instituição, sendo possível neste caso utilizar como referência de subcritério o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, de vigência quinquenal e que segundo o MEC⁴ consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos.

Adiciona-se, para um melhor entendimento, o conceito legal de *desenvolvimento institucional* insculpido no artigo 2º do Decreto Federal nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, que reza ser entendimento por desenvolvimento institucional os programas, projetos, atividades e operações especiais, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável

² CGU. Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_24_2015.pdf>. Acesso em 19 out. 2016.

³ Tesouro Gerencial: <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/servlet/mstrWeb?pg=login#>

⁴ MEC. Ministério da Educação. Formulário do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm>. Acesso em 31 out. 2016.

das condições das IFES e demais ICTs, para o cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional.

O texto da IN/CGU 24/2015, em seu artigo 3º, guarda harmonia com esta definição de desenvolvimento institucional aos dizeres de que:

Art. 3º Na elaboração do PAINT, a unidade de auditoria interna deverá considerar o planejamento estratégico, a estrutura de governança, o programa de integridade e o gerenciamento de riscos corporativos, os controles existentes, os planos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas do respectivo órgão ou entidade.

Outro subcritério que se pode conjugar é a relação entre atividade meio e atividade fim (ensino, pesquisa e extensão).

Dessa forma, a classificação da relevância se dá a partir da seguinte tabela:

Peso	0,25	0,50	0,25	0,5		
	Não contém no PDI	Contém no PDI	Atividade Meio	Ensino	Pesquisa	Extensão
				Atividade Fim		

Por último, no que tange à **criticidade**, buscando atingir aos temas de uma forma geral, optou-se adotar como subcritério a existência por tipo de risco (Operacional, Estratégico, Segurança, Legal). As referências utilizadas risco foram os artigos constantes das seguintes páginas da internet:

RELAÇÃO DE PÁGINAS DE ARTIGOS SOBRE RISCO
http://minhateca.com.br/RodrigoRibeiro/NBR+ABNT/NBR+ISO+GUIA+00073,459068762.pdf(iso 73)
http://www.abho.org.br/wp-content/uploads/2014/02/artigo_estrategiadearamostragem.pdf
http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/311.pdf
http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/374_Artigo-%20III%20SEGET%20.pdf
http://www.isegnet.com.br/siteedit/arquivos/12-3-o-que-e-gerenciamento-de-riscos.pdf
http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_seguranca/sexta_etapa/gerenciamento_riscos.pdf
http://www.ibgc.org.br/userfiles/3.pdf
http://www.coso.org/documents/coso_erm_executivesummary_portuguese.pdf
http://www.ferma.eu/app/uploads/2011/11/a-risk-management-standard-portuguese-version.pdf
http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10093/10093_4.PDF
http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/aceso_informacao/serieshist/estudos/anexos/Gerenciamento-de-riscos_final_151015.pdf
http://www.dnit.gov.br/download/servicos/guia-de-gerenciamento-de-riscos-de-obras-rodoviarias/guia-de-gerenciamento-de-riscos-fundamentos.pdf
https://www.kpmg.com/BR/PT/Estudos_Analises/artigosepublicacoes/Documents/Publicacao-Gerenciamento-de-Riscos.pdf
https://gestravp.files.wordpress.com/2013/06/iso31000-gestc3a3o-de-riscos.pdf
http://www.dcc.ufpr.br/mediawiki/images/f/f7/UFPR_TC045_GerenciamentodeRiscos.pdf
https://universoprojeto.wordpress.com/2013/10/21/definicoes-de-probabilidade-e-impacto-dos-riscos/
https://brasil.pmi.org/brazil/PMBOKGuideAndStandards.aspx
http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3521/1/CT_CEEEST_XXVIII_2014_06.pdf
http://fonai-mec.com.br/novoforum/documentos/documento1384014862.pdf (ABR)
http://auditoriaoperacional.com.br/matriz-de-risco-uma-ferramenta-para-avaliacao-de-riscos/
http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/arquivos/atos_normativos/resolucao_cgm_2014.001_matriz_planejamento_anexo.pdf
http://auditoriaoperacional.com.br/matriz-de-risco-uma-ferramenta-para-avaliacao-de-riscos/
http://www.fonai-mec.com.br/2013/42/material/03-Adriana_e_Leandro_-_Apresentacao_ABR_para_PAINT.pdf
http://auditoriaoperacional.com.br/matriz-de-risco-uma-ferramenta-para-avaliacao-de-riscos/
http://fonai-mec.com.br/novoforum/documentos/documento1384014862.pdf

RELAÇÃO DE PÁGINAS DE ARTIGOS SOBRE RISCO

http://dsic.planalto.gov.br/documentos/cegsic/monografias_1_turma/newton_daltro.pdf
http://www.gsp.org.br/pdf/implemente_abr.pdf
http://www.gsp.org.br/pdf/ABR_aplicada_a_SGs.pdf
http://www.gsp.org.br/auditoria_risco.shtml
http://www.iibrasil.org.br/new/2013/downs/eventos/seminario_floripa/seminario_florianopolis2013_waldemar_bo_rnhausen.pdf
http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2904248/DLFE-244422.pdf/auditoriabaseadaemrisco.pdf
http://www.abbc.org.br/arquivos/ABBC_PwC01_08_2007.pdf
http://www.essenciasobreaforma.com.br/colunistas_base.php?id=25
http://www.risktecnologia.com.br/AMOSTRA_%20Manual_ABR.pdf
http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Guia_Normas_de_Auditoria_em_EPMP_volume_1_seminario-1.pdf
https://www.google.com.br/search?q=probabilidade+e+impacto+do+risko&ie=utf-8&oe=utf-8&qws_rd=cr&ei=02YHWJa4B8OmwATcp4Zo

E ainda, a matriz de risco contém o resultado da análise dos riscos associados ao tema, em termos de impacto e de probabilidade, que possam vir a afetar os objetivos do órgão ou entidade pública, conforme prescreve o §1º do artigo 4º da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015. Acrescenta-se que foi considerada a probabilidade (baixa, média e alta) de ocorrência deste, bem como o respectivo impacto (baixo, médio e alto).

A pontuação (entre 0 a 3) distribuídas nos critérios da materialidade, relevância e criticidade para cada tema foi utilizada para a apuração da probabilidade e do impacto.

A matriz de risco, com a realização da avaliação de cada critério (materialidade, relevância e criticidade) e a classificação dos temas passíveis de serem trabalhados pela ordem de maior pontuação na soma total, encontra-se disponível na seção “9.1. Matriz de Risco”, ao final.

5. IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS CONSTANTES DA MATRIZ DE RISCO

Visa atender ao inciso II do artigo 4º da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, que dispõe:

Art. 4º O PAINT conterá, no mínimo:

II - identificação dos macroprocessos ou **temas constantes da matriz de risco**, serem **desenvolvidos no exercício seguinte**, considerando o **prazo**, os **recursos disponíveis** e os **objetivos propostos**;

Os temas da matriz de risco (seção 9.1) identificados a serem desenvolvidos no exercício de 2017 por meio de ações de auditoria, de acordo com a capacidade operacional da AUDIN e considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos, são os seguintes:

TEMAS CONSTANTES DA MATRIZ DE RISCO		
Ações	Temas Institucionais e Natureza Despesa Detalhada	Total
1	EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI	3,00
2	INSTITUICOES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	3,00
3	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	3,00
4	INDICADORES - DECISÃO TCU 408/2012 – PLENÁRIO	2,75
5	RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DO ENSINO DA UFJF	2,75
6	BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	2,75
7	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	2,75
8	VIGILANCIA OSTENSIVA	2,50
9	INSTALAÇÕES	2,50
10	BOLSAS DE ESTUDO NO EXTERIOR	2,50
11	MONITORAMENTO DOS CONTROLES DE GESTÃO	-
12	PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO PAINT	-
13	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PERMANENTE – PROCAPE	-
14	ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS	-
15	RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAIN/2016	-
16	PROCESSO DE CONTAS 2016 - PARECER E INFORMAÇÕES	-
17	RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAIN/2017	-
18	PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT/2018	-

A escolha das ações de auditoria por cada equipe se dará até o dia 02/01/2017 mediante ajuste entre os servidores da Auditoria-Geral, e em caso, de haver interesse de mais de uma (1) equipe por uma (1) ação, a escolha se dará por sorteio.

Cada ação de auditoria, entre as de nº 01 a 11, será realizada no período máximo de três (3) meses do exercício de 2017 e planejada por programa de auditoria específico, sendo o primeiro (1º) período de janeiro a março, o segundo (2º) de abril a junho e o terceiro (3º) de julho a setembro. O planejamento operacional de cada ação de auditoria será realizado de acordo com o estabelecido no artigo 9º da Instrução Normativa CGU nº 24/2015 e nos primeiros dias do início da ação. Além disso, deve ser respeitada estimativa de prazo máximo de doze (12) dias para o planejamento, cinquenta (50) dias para a execução, dezesseis (16) dias

para a relatoria e doze (12) para a finalização/entrega da ação, não ultrapassando em qualquer caso o respectivo trimestre.

A ação nº 12 será realizada de janeiro a dezembro mediante cronograma semanal, decenal, quinzenal, mensal e/ou bimestral, estabelecido nos autos do processo de papel de trabalho, conforme a necessidade e/ou utilidade do serviço e coordenada pelo Auditor-Geral ou por servidor designado.

A ação nº 13 será realizada no período de janeiro a dezembro de 2017 e buscará o atendimento à capacitação permanente.

A ação nº 14 se dará em casos excepcionais e por demanda externa requisitada pela CGU, TCU, e interna pelo CONSU e/ou pelos próprios servidores da Auditoria-Geral, de acordo com o interesse público e devidamente justificada em pelo menos um dos critérios seguintes: materialidade, relevância e criticidade. A escolha da equipe de auditoria se dará primeiramente por ajuste entre os auditores, e em segundo lugar, por sorteio, se necessário. Acrescenta-se que para cada inclusão de 1 (uma) ação extraordinária se fará a exclusão de uma ação planejada de menor pontuação, entre as 18 (dezoito) ações acima, para não se prejudicar o cronograma geral e ocorrer acúmulo de trabalho não suportado pela atual estrutura de pessoal.

As ações nº 15 a 18 serão realizadas com a contribuição de todos os servidores da auditoria indispensavelmente por se tratar de temas voltados à unidade de auditoria. A ação nº 15 será realizada entre janeiro e fevereiro de 2017, a ação nº 16 entre janeiro e março de 2017, a ação nº 17, total ou parcialmente, entre outubro a dezembro de 2017 e a ação nº 18 entre julho a outubro de 2017.

As ações do PAINT/2017 serão desenvolvidas, a princípio, por equipe com duas (2) pessoas, conforme discriminado a seguir:

SERVIDOR	EQUIPE
Caroline Casagrande Pinto	1
José Alexandre da Silva	
Eduardo Motta de Castro	2
Linus Helvécio Gonçalves Ramos de Castro	
Fabrcio Brunelli Machado	3
Joaquim de Araújo Gomes	
Ricardo José Torres Alves	4
Enio Henrique Teixeira	

Em caso de necessidade do serviço e/ou outro motivo devidamente fundamentado, as ações de auditoria poderão ser realizadas por equipe com número maior que dois (2) servidores. Além disso, os auditores poderão trocar de equipe para o melhor desempenho das ações de auditoria, após autorização do Auditor-Geral.

Fica a Auditoria-Geral da UFJF autorizada a realizar ao longo do PAINT qualquer das ações de auditoria de nº 01 a 11 e a 14, conjuntamente em parceria com outras unidades de auditoria de Instituições Federais de Ensino do MEC, sendo caracterizada como Ação Coletiva de Auditoria - ACA.

As ações de auditoria nº 01 a 14 contemplarão em seu escopo a avaliação da maturidade dos controles internos e da eficiência. A avaliação dos controles deverá ser realizada observando os termos o *caput*, §§1º e 2º e incisos I a VI, do artigo 10, da Instrução Normativa CGU nº 24/2015.

E por último, no plano e execução das ações de auditoria será observada a tabela de férias contida na seção "9.2 - Cronograma de Férias dos Servidores da Auditoria-Geral", ao final.

6. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

A previsão das ações de capacitação e participação de eventos foi estruturada buscando o desenvolvimento básico e avançado do servidor.

Tem por objetivo atender ao inciso III do artigo 4º da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, que reza:

Art. 4º O PAINT conterá, no mínimo:

III - estimativa de horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna;

A participação dos servidores Auditoria-Geral ocorrerá durante a execução do PAINT entre os seguintes cursos/eventos, além de outros que poderão surgir durante o exercício:

CURSO/EVENTO	SERVIDORES A SEREM CAPACITADOS
<u>Audi I (ênfase em órgãos públicos) - NÍVEL BÁSICO</u> Módulo I 1. Introdução e conceitos 2. Auditoria baseada em riscos Módulo II 3. Metodologia	✓ José Alexandre da Silva ✓ Linus Helvécio Gonçalves Ramos de Castro ✓ Eduardo Motta de Castro ✓ Caroline Casagrande Pinto ✓ Fabrício Brunelli Machado ✓ Joaquim de Araújo Gomes
<u>Audi II (ênfase em órgãos públicos) - NÍVEL INTERMEDIÁRIO</u> Módulo I 1. Introdução e conceitos 2. Auditoria interna – um dos pilares da governança corporativa Módulo II 3. Plano de auditoria baseado em levantamento de riscos Módulo III 4. O ciclo de auditoria interna e suas melhores práticas	✓ José Alexandre da Silva ✓ Linus Helvécio Gonçalves Ramos de Castro ✓ Eduardo Motta de Castro ✓ Caroline Casagrande Pinto ✓ Fabrício Brunelli Machado ✓ Joaquim de Araújo Gomes ✓ Enio Henrique Teixeira
<u>COSO ICIF - Implementando a Estrutura de Controles Internos</u> 1. Apresentação e reforço dos modelos introduzidos pelo coso (controles internos estrutura integrada de 1992 – 2013)	✓ Eduardo Motta de Castro ✓ Enio Henrique Teixeira ✓ Ricardo José Torres Alves
<u>Report - Relatórios de Auditoria</u> 1. A tarefa de escrever relatórios de auditoria 2. Componentes de observação da auditoria 3. Estrutura do relatório de auditoria 4. Qualidade dos relatórios	✓ José Alexandre da Silva ✓ Linus Helvécio Gonçalves Ramos de Castro ✓ Eduardo Motta de Castro ✓ Joaquim de Araújo Gomes ✓ Ricardo José Torres Alves
<u>CCSA - Certification In Control Self-Assessment</u> 1. Fundamentos de AAC 2. Integração do programa de AAC 3. Elementos do processo de AAC 4. Objetivos de negócio e desempenho organizacional 5. Identificação e avaliação de risco 6. Teoria e aplicação de controle 7. Exercícios de fixação	✓ Enio Henrique Teixeira ✓ José Alexandre da Silva ✓ Ricardo José Torres Alves

CURSO/EVENTO	SERVIDORES A SEREM CAPACITADOS
<u>Fraud - Auditoria de Fraudes e Canal de Denúncias</u> 1. A atuação da auditoria de fraudes 2. O ambiente empresarial e a fraude 3. O modelo do triângulo da fraude 4. A honestidade 5. Classificação técnica das fraudes 6. Controles internos 7. Principais leis anticorrupção no mundo 8. Ferramentas de controles e riscos em fraudes 9. Canal de denúncias	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Enio Henrique Teixeira ✓ Ricardo José Torres Alves ✓ José Alexandre da Silva ✓ Linus Helvécio Gonçalves Ramos de Castro
<u>CIA1 - Certified Internal Auditor</u> 1. Orientações mandatórias 2. Independência, objetivo e zelo 3. Controle: tipos e técnicas 4. Estrutura de controle e fraude 5. Amostragem 6. Coleta e análise de dados 7. Reportes, papéis de trabalho e evidências	<ul style="list-style-type: none"> ✓ José Alexandre da Silva ✓ Linus Helvécio Gonçalves Ramos de Castro ✓ Eduardo Motta de Castro ✓ Caroline Casagrande Pinto ✓ Joaquim de Araújo Gomes ✓ Enio Henrique Teixeira ✓ Ricardo José Torres Alves
<u>ERM - Gestão de Riscos</u> 1. O que é ERM (<i>Enterprise Risk Management</i>) 2. Dimensões do ERM 3. Ambiente interno 4. Identificação e avaliação de riscos 5. Ambiente interno 6. Monitoramento ao risco	<ul style="list-style-type: none"> ✓ José Alexandre da Silva ✓ Linus Helvécio Gonçalves Ramos de Castro ✓ Eduardo Motta de Castro ✓ Enio Henrique Teixeira
<u>Três Linhas de Defesa</u> 1. Introdução e conceitos 2. Risco 3. Controle 4. Funções e responsabilidades sobre os controles 5. Como utilizar o coso nas três linhas de defesa 6. O modelo de três linhas de defesa 7. Habilidades, competências e perfil do profissional 8. Definição do papel e responsabilidades de cada uma das três linhas de defesa 9. Elaboração de exercícios e casos práticos em sala de aula	<ul style="list-style-type: none"> ✓ José Alexandre da Silva ✓ Linus Helvécio Gonçalves Ramos de Castro ✓ Caroline Casagrande Pinto ✓ Enio Henrique Teixeira
<u>CIA2 - Certified Internal Auditor (Prática de Auditoria Interna)</u> 1. Papéis estratégicos e operacionais da auditoria interna 2. Estabelecer plano de auditoria interna baseada em risco 3. Trabalhos de avaliação e conformidade 4. Trabalhos financeiros, ambientais e de consultoria 5. Planeje e supervisione trabalhos 6. Comunicar resultados e monitorar produtos 7. Controles e riscos de fraude	<ul style="list-style-type: none"> ✓ José Alexandre da Silva ✓ Caroline Casagrande Pinto ✓ Joaquim de Araújo Gomes ✓ Enio Henrique Teixeira ✓ Ricardo José Torres Alves
<u>Análise Forense Computacional</u> 1. Conceitos básicos 2. Processo investigativo e legislação vigente 3. Funcionamento e abstrações de sistemas de arquivos 4. Dados, informações e evidências 5. Esteganografia 6. Captura e análise de tráfego de rede 7. Análise de dispositivos móveis	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Enio Henrique Teixeira ✓ Eduardo Motta de Castro ✓ Fabrício Brunelli Machado

CURSO/EVENTO	SERVIDORES A SEREM CAPACITADOS
8. Análise de artefatos 9. Estudos de caso	
<u>Curso Técnicas de Computação Forense</u> 1. Computação forense 2. Aquisição de dados 3. Investigação de ambientes gnu/linux 4. Investigação de ambientes windows 5. Identificação e análise de outros tipos de arquivos 6. Análise de tráfego de tcp/ip 7. Anti-forense	✓ Enio Henrique Teixeira ✓ Linus Helvécio Gonçalves Ramos de Castro ✓ Fabrício Brunelli Machado
Elaboração de Indicadores de Desempenho Organizacional 1. Avaliação do desempenho para a sobrevivência e sustentabilidade da organização. 2. Gestão por resultados nas organizações públicas. 3. Indicadores: conceituação, características e classificação. 4. Gerenciamento: o contexto de utilização dos indicadores de desempenho. 5. Construção de indicadores de resultados e sua utilização na gestão estratégica. 6. Elaboração de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. 7. Utilização dos indicadores no monitoramento e na avaliação do desempenho dos Macroprocessos e processos organizacionais. 8. Estabelecimento de metas de desempenho, valores e prazos. 9. Elaboração do plano de implementação dos indicadores de desempenho; 10. Gestão de processos e macroprocessos utilizando indicadores e o ciclo do PDCA. 11. Exercícios de aplicação prática dos conceitos e da metodologia.	✓ José Alexandre da Silva ✓ Ricardo José Torres Alves
Modelagem e Gestão de Processos 1. Conceito de macroprocesso e processo; 2. Identificação dos macroprocessos com base na cadeia de valor da organização; 3. Metodologias e ferramentas para a modelagem e gestão de processos; 4. Modelagem dos processos empregando as ferramentas de escopo, macrodiagrama e fluxograma; 5. Identificação de fatores críticos de sucesso, clientes, fornecedores, partes interessadas e suas expectativas; 6. Dimensões da qualidade, elaboração e implantação de indicadores de resultados; 7. Estabelecimento de metas e avaliação do desempenho dos processos; 8. Identificação de problemas e suas causas; 9. Proposição de soluções e estabelecimento de metas de desempenho; 10. Elaboração de plano de ação para a implantação das soluções para o alcance das metas estabelecidas; 11. Análise do desempenho, aprendizado e elaboração do relatório de 3 gerações;	✓ Ricardo José Torres Alves ✓ Enio Henrique Teixeira

CURSO/EVENTO	SERVIDORES A SEREM CAPACITADOS
12. Gestão e melhoria contínua do processo.	
46º Fonaitec - 2017 Capacitação Técnica das Auditorias Internas do MEC	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Linus Helvécio Gonçalves Ramos de Castro ✓ Eduardo Motta de Castro ✓ Joaquim de Araújo Gomes ✓ Enio Henrique Teixeira
47º Fonaitec - 2017 Capacitação Técnica das Auditorias Internas do MEC	<ul style="list-style-type: none"> ✓ José Alexandre da Silva ✓ Caroline Casagrande Pinto ✓ Fabrício Brunelli Machado ✓ Enio Henrique Teixeira
Curso de Formação Especial online de Auditor Interno	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fabrício Brunelli Machado ✓ Enio Henrique Teixeira
Curso de Formação de Agentes de Controle Interno - Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fabrício Brunelli Machado ✓ Enio Henrique Teixeira
Tesouro Gerencial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ José Alexandre da Silva ✓ Linus Helvécio Gonçalves Ramos de Castro ✓ Eduardo Motta de Castro ✓ Caroline Casagrande Pinto ✓ Joaquim de Araújo Gomes ✓ Enio Henrique Teixeira ✓ Ricardo José Torres Alves ✓ Fabrício Brunelli Machado

Portanto, para atender ao disposto no inciso III, do artigo 4º, da Instrução Normativa CGU nº 24/2015, estima o oferecimento pela Universidade Federal de Juiz Fora, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas ou por órgãos e/ou instituições externas, de pelo menos 960 (novecentos e sessenta) horas de capacitação para o exercício de 2017, considerando 8 (oito) servidores, em 8 (oito) horas diárias pra cada um em 15 (quinze) dias úteis.

7. FORTALECIMENTO DA AUDITORIA INTERNA

A seguir serão abordadas as ações de fortalecimento da auditoria, realizadas total ou parcialmente, e as não realizadas no exercício de 2016, bem como as necessárias para implementar no exercício de 2017.

7.1. Ações realizadas no Exercício de 2016

No decorrer do exercício de 2016 foram realizadas ações que contribuíram para o fortalecimento da Auditoria Interna da Universidade Federal de Juiz de Fora, destacando-se as seguintes:

a) Programa de Monitoramento do PAINT

O Programa de Monitoramento do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna tem como objetivos:

- “a) garantir o cumprimento das ações previstas no PAINT respectivo, viabilizando contribuir com o fortalecimento da gestão e racionalização das ações de controle.
- b) subsidiar o planejamento das ações a serem planejadas para o PAINT do próximo exercício;
- c) subsidiar a elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna/PAINT do corrente exercício.” (PAINT/2016, Anexo 5)

Tal Programa foi detalhado no Anexo 5 do PAINT/2016, sendo também incluído como Atividade de Auditoria nº 12 – Programa de Monitoramento das Ações do PAINT. Desse modo, o monitoramento das ações do PAINT tornou-se atividade a ser cumprida no exercício de 2016.

Neste contexto, para a realização do Programa de Monitoramento os servidores vinculados à Auditoria-Geral reuniam-se periodicamente de modo a apresentar o Relatório de Execução, constando a evolução de cada ação de auditoria. Vale ressaltar que os auditores lotados no *campus* de Governador Valadares encaminharam os Relatórios de Execução por meio de correio eletrônico, participando das reuniões de monitoramento via transmissão por webconferência ou pelo sistema Hangouts.

Sendo assim, os dados coletados por meio dos Relatórios de Execução foram analisados e comparados aos respectivos Programas de Auditoria e papéis de trabalho, visando acompanhar o cumprimento de cada atividade de auditoria constante no PAINT. Por conseguinte, foram elaboradas Planilhas de Acompanhamento e emitidos Relatórios de Monitoramento, destacando a evolução de cada ação constante no PAINT/2016, tendo o Programa de Monitoramento grande sucesso em sua realização.

Além disso, o referido programa foi classificado como finalista entre 24 (vinte e quatro) projetos do IV Concurso de Boas Práticas da CGU – 2016 (disponível na tabela da seção “9.3. Finalistas no IV Concurso de Boas Práticas”, ao final) e no dia 25/10/2016 a equipe de auditores federais de finanças e controle da CGU/MG estiveram na Auditoria-Geral para avaliação *in loco* da prática e constaram a existência, boa execução e os vários benefícios que esta prática pode propiciar para a Auditoria-Geral e especialmente para a instituição.

b) Sistema Informatizado de Auditoria Interna – SIAUDI

Em 2016 e anos anteriores, a Auditoria Geral vem utilizando, sem o apoio de um sistema informatizado, uma sistemática que contempla toda a estrutura das atividades de auditoria relativas ao planejamento, à execução, à relatoria e à finalização das ações, gerando prejuízos e atrasos na realização das atividades. Portanto, evidencia-se que a criação de um sistema informatizado de auditoria propiciaria benefícios para o setor.

Uma ferramenta que vem sendo utilizada pela Auditoria Interna, como forma de suprir a ausência de sistema informatizado, é a computação em nuvem para que os servidores do *campus* de Juiz de Fora e os auditores de Governador Valadares tenham acesso permanente aos arquivos compartilhados, funcionando como uma rede de dados e permitindo a mobilidade de acesso a documentos e a execução de um trabalho colaborativo e simultâneo.

Ademais, houve esforços por parte de servidores da Auditoria Geral para a criação de sistema informatizado de Auditoria Interna no âmbito da UFJF, entretanto o projeto não foi concretizado por ausência de apoio da área de informática. Desse modo, fez-se necessário buscar novas alternativas com vistas a suprir a necessidade de um software gratuito de apoio às atividades de auditoria. Neste sentido, tomou-se conhecimento do software desenvolvido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), denominado SIAUDI – Sistema de Auditoria Interna. Segundo Portal do Software Público Brasileiro

“O Sistema de Auditoria Interna – SIAUDI, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, teve sua gênese na demanda do então Presidente da CONAB Dr. Jacinto Ferreira, em 2005, no sentido de buscar a aderência da Auditoria Interna da Companhia à Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) do The Institute of Internal Auditors – IIA, referência mundial no segmento da auditoria interna, e às diretrizes operativas emanadas da Controladoria-Geral da União – CGU, na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.”

Desta forma, em atendimento à demanda por sistema informatizado para a Auditoria Geral, em setembro de 2016 o referido software foi instalado em servidor do Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO) e disponibilizado acesso aos auditores da UFJF. Sendo que, no exercício de 2016, o SIAUDI foi utilizado para elaboração do PAINT/2017.

c) Reforma de uma sala no campus de Juiz de Fora

Durante o exercício de 2016, parte da equipe da Auditoria Interna esteve instalada em uma sala no prédio do Centro de Vivência, disponibilizada para ser a sede da unidade, entretanto, a mesma não dispunha de estrutura física necessária para o desenvolvimento dos trabalhos, necessitando de acabamento e de estrutura de cabeamento, iluminação, telefonia, piso, pintura, dentre outros.

Neste contexto, solicitou-se reforma de um espaço anexo à sala supramencionada, sendo tal solicitação atendida pela Administração. No início do segundo semestre de 2016 a reforma foi concluída e parte dos integrantes da Auditoria-Geral foram transferidos para a sala reformada contando com boa iluminação e ventilação, computadores, impressora, telefone e internet cabeada.

d) Disponibilização de uma sala no campus de Governador Valadares

No final do primeiro semestre do exercício de 2016 os auditores em exercício no campus de Governador Valadares foram contemplados com uma sala com estrutura material apropriada aos trabalhos de auditoria, contando com boa iluminação e ventilação, computadores, impressora, telefone e internet cabeada, o que contribuiu com o desenvolvimento dos trabalhos.

e) Revisão do Manual de Auditoria (MAINT)

Através do Anexo 6 do PAINT, aprovado pelo Conselho Superior por meio da Resolução nº 11, de 29 de janeiro de 2016, houve a modificação da estrutura do Relatório de Auditoria, visando à adequação do relatório aos procedimentos executados pela Auditoria-Geral da UFJF.

Além disso, houve revisão referente ao estabelecimento da organização dos Papéis de Trabalho, sendo que, atualmente, os mesmos são ordenados por meio de processo administrativo específico para cada ação de auditoria realizada. Vale destacar que tais revisões ao Manual de Auditoria Interna foram contempladas no art.3º da Resolução CONSU nº 11/2016:

“Art. 3º. Aprovar a revisão no Manual de Auditoria Interna da UFJF, constante do Anexo 2 da Resolução do Conselho Superior nº 42, de 21 de dezembro de 2010, mediante: I - a implantação de nova estrutura de modelo de relatório de auditoria na forma do Anexo 6, visando o controle e aperfeiçoamento dos resultados; II – o estabelecimento de metodologia de organização de papéis de trabalho por meio de processo administrativo específico para cada ação de auditoria, tendo como capa no mínimo a numeração do processo, título e assunto e como contracapa o sumário dos instrumentos de trabalho utilizados.”

f) Capacitações autorizadas pela equipe de Gestão

Durante o exercício de 2016 os servidores da Auditoria-Geral participaram e participarão dos seguintes cursos/eventos de capacitação no total de 1046 horas:

CURSO	INSTITUIÇÃO	C.H.	PERÍODO (2016)
EDUARDO MOTTA DE CASTRO		195h	
Deveres, Proibições e Responsabilidades do Servidor Público Federal	ILB	60h	08/01 a 05/02
Ética e Administração Pública	ILB	40h	11/02 a 02/03
Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público	ILB	35h	19/02 a 15/03
Introdução ao Orçamento Público	ILB	40h	01/04 a 25/04
Ouvidoria na Administração Pública	ILB/CGU	20h	08/07 a 28/07
LINUS HELVÉCIO GONÇALVES RAMOS DE CASTRO		100h	
Ética e Administração Pública	ILB	40h	17/02 a 08/03
Deveres, Proibições e Responsabilidades do Servidor Público Federal	ILB	60h	08/01 a 17/02
RICARDO JOSÉ TORRES ALVES		229h	
Introdução ao Orçamento Público	ILB	40h	08/06 a 30/07
Introdução à Gestão de Processos	ENAP	20h	31/05 a 20/06
Desenvolvimento de Equipes	ILB	10h	23/08 a 12/09
Gestão Estratégica com Foco na Administração Pública	ILB	40h	29/08 a 18/09
Tools and Techniques	IIA Brasil	24h	04/10 a 06/10
Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público	ILB	35h	14/09 a 19/10
Deveres, Proibições e Responsabilidades do Servidor Público Federal	ILB	60h	1º semestre

CURSO	INSTITUIÇÃO	C.H.	PERÍODO (2016)
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA		190h	
Sinconv para Convenentes 1 - Visão Geral	ENAP	20h	07/06 a 27/06
Sinconv para Convenentes 2 - Proponentes e Usuários	ENAP	20h	07/06 a 04/07
Sinconv para Convenentes 3 - Proposta e Plano de Trabalho	ENAP	20h	07/06 a 04/07
Sinconv para Convenentes 4 - Execução	ENAP	20h	02/08 a 29/08
Sinconv para Convenentes 5 - Prestação de Contas	ENAP	20h	03/05 a 23/05
Improbidade Administrativa	CNJ	20h	20/06 a 30/08
Curso da Rede Nacional de Certificadores	INEP	30h	19/09 a 02/10
45º FONAItec	FONAI-MEC	40h	07/11 a 11/11
FABRÍCIO BRUNELLI MACHADO		84h	
44º FONAItec	FONAI-MEC	24h	05 a 08/06
45º FONAItec	FONAI-MEC	40h	07/11 a 11/11
Sistema Eletrônico de informações – SEI! USAR	ENAP	20h	04/10 a 24/10
JOAQUIM DE ARAÚJO GOMES		24h	
44º FONAItec	FONAI-MEC	24h	05 a 08/06
ÊNIO HENRIQUE TEIXEIRA		124h	
44º FONAItec	FONAI-MEC	24h	05 a 08/06
MESTRADO CAED – Dissertação III - 01/2016	CAED/UFJF	60h	mar/16 a jul/16
45º FONAItec	FONAI-MEC	40h	07/11 a 11/11
CAROLINE CASAGRANDE PINTO		100h	
Introdução ao Orçamento Público	ILB	40h	12/08 a 06/09
45º FONAItec	FONAI-MEC	40h	07/11 a 11/11
Sistema Eletrônico de informações – SEI! USAR	ENAP	20h	04/10 a 24/10
Total de Horas de Capacitação	-	1046h	04/01/16 a 11/11/2016

Dentre as capacitações supracitadas, foram fomentadas pela **UFJF** em benefícios dos servidores da Auditoria-Geral as seguintes:

Evento de Capacitação	Temas	Nº de Servidores Capacitados	Carga Horária Total
Tools and Techniques	Planejamento e Gestão de Auditoria Interna	1	24h
44º Fonaitec - Auditoria Interna: Disseminando a cultura da gestão de riscos nas Instituições Federais de Ensino	Gestão de Riscos	3	3 x 24h = 72h
45º Fonaitec - Auditoria Interna: 3ª linha de defesa da gestão	Linha de Defesa de Gestão	4	4 x 40h = 160h
Dissertação III - Mestrado do CAED/UFJF	Gestão e Avaliação da Educação Pública	1	1 x 60h = 60h
Total geral			316h

O restante de 730 (setecentos e trinta) horas se deu por iniciativa dos servidores, sem fomento da UFJF. Assim sendo, verifica-se que, da carga horária total de capacitação do corpo de servidores da auditoria, 30% (trinta por cento) correspondem àquelas subsidiadas pela UFJF e 70% (setenta por cento) correspondem à iniciativa dos servidores sem subsídio da UFJF.

Portanto, nota-se que, no exercício de 2016, a Auditoria Geral implantou diversas ações de fortalecimento da unidade, abrangendo diferentes áreas, como revisão de normativos internos, acesso a sistema informatizado de auditoria interna, monitoramento das ações do PAINT, bem como buscou alternativas para a melhoria da estrutura física do local de trabalho.

Por outro lado, como fator negativo pode-se citar que foi solicitada, por 4 (quatro) auditores internos, a participação no curso AUDI I - Ênfase em Órgãos Públicos, ministrado pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil, sendo um curso de suma importância, pois aborda “conceitos, procedimentos, técnicas e metodologias necessárias para o desempenho das atividades inerentes à auditoria interna governamental, enquanto estratégia de controle interno.” Entretanto, a Administração permitiu a participação de apenas 2 (dois) auditores, o que inviabilizou a realização do curso devido ao não preenchimento do número de auditores necessários para a formação da turma. Deste modo, não houve participação dos auditores da UFJF no curso AUDI I – Ênfase em Órgãos Públicos, prejudicando a capacitação dos mesmos em relação aos assuntos atinentes à auditoria interna governamental.

7.2. Ações Necessárias no Exercício de 2017

7.2.1. SIAUDI – Sistema Informatizado de Auditoria Interna

Conforme explicitado, em 2016 os servidores da Auditoria Geral passaram a ter acesso ao Sistema de Auditoria Interna (SIAUDI), sendo utilizado para a elaboração da ação PAINT/2016 e tendo demonstrado todo o sucesso quanto à navegação, acessibilidade, facilidade, celeridade e consistência dos dados, o que constitui uma ferramenta de sucesso e adequada, inclusive já utilizada robustamente pela Conab - Companhia Nacional de Abastecimento.

Deste modo, para o exercício de 2017, o SIAUDI será utilizado integralmente para a execução de todas as ações de auditoria garantindo propiciando a melhoria dos trabalhos da Auditoria-Geral.

7.2.2. Recursos Humanos

Primeiramente, faz-se necessária remoção de pelo menos um (1) auditor em exercício no Campus de Governador Valadares para o Campus de Juiz de Fora, em conformidade com os autos do processo administrativo nº 23071.014238/2015-79.

Além disso, em função das atividades executadas pela Auditoria Geral, faz-se necessário diversificar o quadro de servidores lotados na unidade, visando constituir uma equipe multidisciplinar de modo a otimizar a execução das ações de auditoria. Sendo assim, podemos citar alguns cargos que, se lotados no setor, contribuirão para o fortalecimento da Auditoria Interna:

- a) Engenheiro: para auxiliar os auditores na execução das auditorias de obras;
- b) Analista de Sistema de Informação ou cargo semelhante com conhecimento de Programação: para a criação do sistema informatizado de auditoria interna e/ou outros subsistemas de apoio às auditorias e à Administração Superior;
- c) 1 (um) Secretário Executivo e 3 (três) assistentes em administração para subsidiar nos trabalhos administrativos e de secretaria da unidade.

Diante do exposto, fica demonstrado que a ampliação do quadro de servidores do setor é indispensável para fortalecer a Auditoria Interna, à medida que a diversificação dos cargos irá agregar valor à execução das ações de auditoria, bem como permitirá a ampliação da quantidade e qualidade dos trabalhos de auditoria.

7.2.3. Recursos Materiais

Nesta subseção são previstos os recursos materiais necessários para a execução de trabalho da Auditoria como: financeiro, orçamentário, estrutura de informática; outros bens de escritório, etc.

a) Financeiro e Orçamentário

A Universidade Federal de Juiz de Fora, por meio do Gabinete do Reitor e da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPOF) disponibilizará os recursos orçamentários e financeiros aos servidores da Auditoria-Geral, sem restrições em consonância com o presente planejamento, para atender a despesas relativas a:

Relação de Despesas da Auditoria		
Ordem	Descrição	Objetivo
01	Manutenção/Acabamento da sala maior da Auditoria localizada no Centro de Vivência	Promover uma sala adequada para os fins de auditoria
02	Diárias	Custear despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana em capacitações
03	Passagens	Custear despesas para viagem em capacitações
04	Taxa de inscrição	Custear despesas de inscrição em capacitações
05	Veículo oficial	Veículo destinado a viagens para capacitação em percursos necessários
06	Material Permanente	Aquisição de equipamentos e móveis de utilização em trabalhos de auditoria e secretaria
07	Material de Consumo	Material de expediente para a execução dos trabalhos

Visando ao aperfeiçoamento da execução das atividades de auditoria, faz-se necessário promover a capacitação dos servidores da Auditoria Geral. Cumpre ressaltar que o cargo de auditor requer capacitação continuada a fim de atualizar e expandir conhecimentos necessários para a realização de auditorias em diversas áreas. Desse modo, com o objetivo de fortalecer a Auditoria Interna, é essencial que seja disponibilizado, na UO do setor, orçamento suficiente para que os servidores participem de cursos de capacitação condizentes com a área de auditoria e com as atividades executadas.

No decorrer do exercício, caso haja a necessidade de realização de outras espécies de despesas para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, estas serão incluídas pelo Auditor-Geral.

Em relação à verba para capacitação, esta visa ao aperfeiçoamento da execução das atividades de auditoria, faz-se necessário promover a capacitação dos servidores da Auditoria Geral. Cumpre ressaltar que o cargo de auditor, bem como dos demais servidores da unidade, requer capacitação continuada a fim de atualizar e expandir conhecimentos necessários para a realização de auditorias em diversas áreas. Desse modo, com o objetivo de fortalecer a Auditoria Interna, é essencial que

seja disponibilizado, na UO do setor, orçamento suficiente para que os servidores participem de cursos de capacitação condizentes com a área de auditoria e com as atividades executadas.

Além disso, também é indispensável seja criada uma unidade no sistema SCDP específica para custear as despesas de passagens, diárias e demais despesas de locomoção, e assim adequar à estrutura vinculada ao Conselho Superior. Para tanto, a Auditoria-Geral precisa da colaboração da PROPOF na atualização do organograma da Universidade junto ao MPOG para atualizar o SCDP.

b) Estrutura de Informática:

A Auditoria-Geral atualmente desenvolve os seus trabalhos com a utilização acima de 90% (noventa por cento) de seus trabalhos com utilização de equipamentos de informática. Além disso, demanda frequentemente de auxílio de profissionais de informática para a utilização avançada de planilha eletrônica e editor de texto, bem como equipamentos com capacidade adequada para realizar procedimentos em vários softwares com maior agilidade e celeridade.

Desta forma, faz-se necessário a implantação de uma estrutura de informática adequada para a Auditoria-Geral a partir da modernização dos equipamentos de informática e a implantação de Central de Processamento de Dados (CPD) com servidor(es) que detenham conhecimento na área, visando à melhor execução dos trabalhos.

c) Outros bens de escritório:

A Auditoria-Geral dispõe, dentre os mais importantes, os seguintes recursos: 07 microcomputadores desktop com mais de 07 anos de uso; 02 notebooks (sendo 01 atualmente emprestado para o HU/UFJF); 04 mesas de escritório utilizadas como suporte dos microcomputadores; 03 cadeiras giratórias com braço; 01 sala revestida de divisória com uma porta apenas; 01 sala menor com estrutura acabada no Centro de Vivência; 01 sala maior com estrutura pendente de acabamento no Centro de Vivência; 01 ventilador FAET pequeno em funcionamento; 02 multifuncionais laser monocromática; 03 Apoios (Suportes) Ergonômicos para Descanso dos Pés; 02 aparelhos telefônicos; mídias de DVD-RW para backup diário dos arquivos digitais; Material de expediente de escritório (canetas, lápis, régua, borracha, cliques, grampos, etc.); 02 scanners de mesa.

A necessidade atual de recursos materiais de escritório para Auditoria-Geral é de:

a) 14 microcomputadores desktop avançados para auditorias e secretaria
b) 01 microcomputador servidor
c) 01 equipamento de teleconferência para promover reuniões entre os auditores de Juiz de Fora e Governador Valadares
d) 07 scanners de mesa para digitalização de processos e documento
e) 06 impressoras laser dupla face automática (impressão frente e verso)
f) 08 cadeiras com apoio de braço
g) 08 mesas apropriadas para auditorias
h) 03 grampeadores grandes
i) 05 nobreak's

j) 06 scanners de mão;
k) 02 cartões SD de 32 GB ou superior
l) 03 ventiladores pequenos
m) 02 ventiladores de coluna
n) 02 aparelhos de telefone
o) 05 descansos para os pés
p) 04 tabletes para auxiliar nas inspeções físicas
q) 02 quadros de avisos
r) 08 calculadoras
s) 01 câmera digital

Os recursos materiais acima listados contribuirão veementemente para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria planejados e serão requeridos às unidades competentes da UFJF que se encarregarão dos respectivos processos de aquisição.

7.2.4. Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

O SEI é um sistema de gestão de documentos e processos eletrônicos desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sendo cedido gratuitamente para instituições públicas. Segundo Portal do Software Público Brasileiro,

“Devido às características inovadoras do SEI e do sucesso da prática de cessão da ferramenta sem ônus para outras instituições, o SEI transcendeu a classificação de sistema eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região, para galgar a posição de **projeto estratégico** para toda a administração pública, amparando-se em premissas altamente relevantes e atuais, tais como: a inovação, a economia do dinheiro público, a transparência administrativa, o compartilhamento do conhecimento produzido e a sustentabilidade.”

Dentre as diversas vantagens do SEI, é importante destacar a possibilidade de tramitação de um mesmo processo em múltiplas unidades, pois o sistema permite que vários setores possam ser demandados “simultaneamente a tomar providências e manifestar-se no mesmo expediente administrativo, sempre que os atos sejam autônomos entre si”. Como exemplo, tal possibilidade facilitaria o trâmite dos processos requeridos para serem auditados, não necessitando da retirada dos mesmos das unidades auditadas. Portanto, a adoção do SEI como solução de processo eletrônico no âmbito da Auditoria Geral, bem como da UFJF, contribuirá de forma significativa para a gestão dos processos administrativos da instituição, fortalecendo os controles internos relacionados à guarda e tramitação de documentos e processos.

Portanto, fica autorizada a Auditoria-Geral a realizar os procedimentos de implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito desta unidade.

8. CONCLUSÃO

O objetivo do presente Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINTE/2017 e seus agregados é buscar a promoção da qualidade e eficiência da Auditoria-Geral, sendo de fundamental importância a sua aprovação integral.

Cabe esclarecer que a construção do presente plano de auditoria se deu por ação conjunta de todos os servidores da Auditoria-Geral utilizando textos e planilhas armazenados em nuvem (Google Drive) e de acesso a todos desde 03/10/2016.

A Auditoria-Geral consolidará com a elaboração deste PAINTE o desenvolvimento das suas atividades, também benefícios à instituição, tais como melhoria da regular aplicação dos recursos públicos, fortalecimento da gestão, a promoção do conhecimento, entre outros.

Além disso, **o presente PAINTE-2017 encontra-se integralmente de acordo com a nova Instrução Normativa/CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015**, de tal forma que pode ser apreciado e aprovado pelo Conselho Superior da UFJF.

Resta esclarecer que, na elaboração deste plano foi considerado como temas passíveis de serem trabalhados os temas extraídos da natureza da despesa, observando o comportamento e as espécies das despesas empenhadas de janeiro a outubro de 2016 (dados até às 03:07:50 do dia 28/10/2016) e temas institucionais afetos à instituição, bem como foi o planejamento da UFJF insculpido no Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2016-2019, a análise de risco e a experiência do auditor.

Por todo o exposto e devidamente fundamentado, visando à adoção de uma política efetiva com medidas concretas que propiciem melhorias na unidade de auditoria interna, **vem requerer aos Excelentíssimos senhores Conselheiros do deste Colendo Conselho Superior da UFJF que aprovem integralmente:**

- a) o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINTE – 2017, a ser executado pela Auditoria-Geral no período de janeiro a dezembro de 2017;
- b) a revisão no Manual de Auditoria Interna da UFJF, mediante a implantação de novo modelo de Programa de Auditoria – PA;
- c) a atualização do Processo de Auditoria para melhorar a padronização das atividades da Auditoria-Geral;
- d) a autorização para a Auditoria-Geral realizar atualização e alteração no Manual de Auditoria Interna da UFJF, Processo de Auditoria e Programa de Monitoramento do PAINTE por meio de instrução normativa, consoante as atribuições estabelecidas no artigo 11, do Anexo 1, da Resolução do CONSU nº 42, de 21 de dezembro de 2010, bem como para realizar ações compartilhadas com outras unidades de auditoria para fortalecer as suas ações e principalmente as técnicas de trabalho;

- e) realizar os procedimentos de implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito desta unidade.

Juiz de Fora (MG), 31 de outubro de 2016.

ENIO HENRIQUE TEIXEIRA
Auditor-Geral

9. TABELAS E QUADRO

O presente tópico refere-se elaboração Matriz de Riscos, Cronograma de Férias dos Servidores da Auditoria-Geral e a participação e premiação da UFJF como uma das vencedoras no IV Concurso de Boas Práticas da CGU pela prática do do Programa de Monitoramento do PAINT.

9.1. Matriz de Risco

MATRIZ DE RISCOS															
TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS	MATERIALIDADE		RELEVÂNCIA					CRITICIDADE					AVALIAÇÃO DO RISCO		
Temas Institucionais e Natureza Despesa Detalhada	Valor Empenhado	Subtotal 1	Não contém no PDI	Contém no PDI	Atividade Meio	Atividade Fim	Subtotal 2	Operacional	Estratégico	Segurança	Legal	Subtotal 3	TOTAL	Impacto	Probabilidade
INSTITUICOES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	27.575.339,63	1,00	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	3,00	ALTO	ALTO
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	2.006.321,44	1,00	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	3,00	ALTO	ALTO
INDICADORES - DECISÃO TCU 408/2012 - PLENÁRIO	59.410.051,77	1,00	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,75	2,75	ALTO	ALTO
RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DO ENSINO DA UFJF	59.410.051,77	1,00	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,75	2,75	ALTO	ALTO
BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	27.146.948,20	1,00	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,75	2,75	ALTO	ALTO
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	14.060.244,25	1,00	0,00	0,50	0,25	0,00	0,75	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	2,75	ALTO	ALTO
VIGILANCIA OSTENSIVA	9.233.897,79	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,25	0,25	0,25	1,00	2,50	ALTO	MÉDIO
INSTALACOES	4.659.711,17	1,00	0,00	0,50	0,25	0,00	0,75	0,25	0,25	0,00	0,25	0,75	2,50	ALTO	MÉDIO
BOLSAS DE ESTUDO NO EXTERIOR	423.926,00	0,75	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,75	2,50	ALTO	MÉDIO
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	26.845.814,67	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,25	0,00	0,25	0,75	2,25	ALTO	BAIXO
SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	4.694.965,00	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,25	0,00	0,25	0,75	2,25	ALTO	BAIXO
GENEROS DE ALIMENTACAO	310.420,13	0,75	0,00	0,50	0,25	0,00	0,75	0,25	0,00	0,25	0,25	0,75	2,25	ALTO	BAIXO
EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	282.106,00	0,75	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,25	0,25	0,00	0,00	0,50	2,25	ALTO	BAIXO
AUXILIOS PARA DESENV. DE ESTUDOS E PESQUISAS	228.820,00	0,75	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,25	0,00	0,25	0,50	2,25	ALTO	BAIXO
DIARIAS NO EXTERIOR	159.245,06	0,75	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,25	0,00	0,00	0,25	0,50	2,25	ALTO	BAIXO
AUXILIO A PESQUISADORES	92.296,94	0,75	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,25	0,00	0,25	0,50	2,25	ALTO	BAIXO
SALARIO CONTRATO TEMPORARIO	7.042.014,73	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,25	0,50	2,00	MÉDIO	ALTO
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	3.467.194,17	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,25	0,25	0,50	2,00	MÉDIO	ALTO
DIARIAS NO PAIS	1.524.979,84	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,25	0,50	2,00	MÉDIO	ALTO
MATERIAL QUIMICO	106.039,96	0,75	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	2,00	MÉDIO	ALTO

MATRIZ DE RISCOS

TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS	MATERIALIDADE		RELEVÂNCIA					CRITICIDADE					AVALIAÇÃO DO RISCO		
Temas Institucionais e Natureza Despesa Detalhada	Valor Empenhado	Subtotal 1	Não contém no PDI	Contém no PDI	Atividade Meio	Atividade Fim	Subtotal 2	Operacional	Estratégico	Segurança	Legal	Subtotal 3	TOTAL	Impacto	Probabilidade
PASSAGENS PARA O EXTERIOR	76.788,90	0,50	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,25	0,00	0,25	0,50	2,00	MÉDIO	ALTO
VENCIMENTOS E SALARIOS	133.535.333,69	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	99.800.000,00	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	96.926.344,60	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
CONTRIBUCAO PATRONAL PARA O RPPS	57.801.419,00	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO PESSOAL CIVIL	13.062.901,05	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	8.393.779,99	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	7.183.129,01	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
GRATIFICACAO DE TEMPO DE SERVICO	5.228.100,00	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL	4.787.844,61	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
LOCACAO DE IMOVEIS	2.861.018,63	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	2.531.350,09	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
APOSENT ORIGINARIA DE SUBSIDIOS - PESSOAL CIV	1.587.903,37	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	1.520.635,60	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
AUXILIO-CRECHE CIVIL	1.276.442,65	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
SERVICOS DE APOIO AO ENSINO	1.267.146,06	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
SERV.MEDICO-HOSPITAL.,ODONTOL.E LABORATORIAIS	1.194.912,87	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
CONTRIBUCOES PREVIDENCIARIAS - INSS	1.185.584,24	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
VANTAGENS PERMANENTES SENT.TRANSIT.JULG.CIVIL	1.175.732,21	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
COMPLEMENTACAO DE PENSOES - PESSOAL CIVIL	1.157.048,85	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
AUXILIO-TRANSPORTE CIVIS	1.142.433,12	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
13 SALARIO - PENSOES CIVIS	1.130.237,99	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	1.102.746,54	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
SENT.JUD.NAO TRANS JULG CARAT CONT INAT CIVIL	1.099.846,66	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT.,LABOR.HOSPIT.	1.046.642,60	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	992.761,20	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
CONTRIBUCAO P/ O PIS/PASEP	900.000,00	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
CONDOMINIOS	870.710,40	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
INCORPORACOES	764.500,00	1,00	0,00	0,50	0,25	0,00	0,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,75	MÉDIO	ALTO
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	641.893,09	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,25	0,00	0,00	0,50	1,75	MÉDIO	ALTO
13ª SALARIO - CONTRATO TEMPORARIO	591.660,74	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,25	0,50	1,75	MÉDIO	ALTO
CONTRIBUCAO PATRONAL - FUNPRES LEI 12618/12	556.177,82	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,25	0,50	1,75	MÉDIO	ALTO
ADICIONAL POR PLANTAO HOSPITALAR	541.000,00	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,25	0,50	1,75	MÉDIO	ALTO

MATRIZ DE RISCOS

TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS	MATERIALIDADE		RELEVÂNCIA					CRITICIDADE					AVALIAÇÃO DO RISCO		
	Valor Empenhado	Subtotal 1	Não contém no PDI	Contém no PDI	Atividade Meio	Atividade Fim	Subtotal 2	Operacional	Estratégico	Segurança	Legal	Subtotal 3	TOTAL	Impacto	Probabilidade
FERIAS VENCIDAS/PROPORCIONAIS - CONTRATO TEMPORARIO	413.069,00	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,25	0,50	1,75	MÉDIO	ALTO
MATERIAL ODONTOLOGICO	379.114,13	0,75	0,25	0,00	0,00	0,50	0,75	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	264.208,56	0,75	0,25	0,00	0,00	0,50	0,75	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
MATERIAL LABORATORIAL	220.638,93	0,75	0,25	0,00	0,00	0,50	0,75	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	38.417,12	0,50	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	28.480,86	0,50	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	26.065,36	0,50	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,25	0,00	0,00	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	25.887,16	0,50	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,25	0,00	0,00	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
MATERIAL FARMACOLOGICO	24.663,02	0,50	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	21.392,40	0,50	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,25	0,00	0,00	0,25	1,75	MÉDIO	ALTO
PENSOES CIVIS	25.896.982,59	1,00	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	13.258.064,07	1,00	0,00	0,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	12.567.011,41	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	MÉDIO	MÉDIO
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	4.541.014,93	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	MÉDIO	MÉDIO
GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGO EM COMISSAO	3.370.629,47	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	MÉDIO	MÉDIO
ABONO DE PERMANENCIA	3.345.866,67	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	MÉDIO	MÉDIO
GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSONADAS	1.951.933,87	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	MÉDIO	MÉDIO
AUXILIO-ALIMENTACAO	747.966,58	1,00	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	MÉDIO	MÉDIO
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	490.672,04	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	431.600,00	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	408.955,42	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,25	0,00	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	381.621,75	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	341.251,79	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
LIMPEZA E CONSERVACAO	340.176,86	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
SERVICOS DE CONTROLE AMBIENTAL	326.285,22	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
SUBSTITUICOES	297.817,45	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	257.100,00	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	254.678,78	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
INDENIZACAO ce 2º ART.12 LEI 8.745/93	242.265,75	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	217.300,00	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
AUXILIO NATALIDADE ATIVO CIVIL	199.824,40	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
MATERIAL HOSPITALAR	193.006,06	0,75	0,00	0,00	0,00	0,50	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
ADICIONAL NOTURNO	191.038,23	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO

MATRIZ DE RISCOS

TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS	MATERIALIDADE		RELEVÂNCIA					CRITICIDADE					AVALIAÇÃO DO RISCO		
Temas Institucionais e Natureza Despesa Detalhada	Valor Empenhado	Subtotal 1	Não contém no PDI	Contém no PDI	Atividade Meio	Atividade Fim	Subtotal 2	Operacional	Estratégico	Segurança	Legal	Subtotal 3	TOTAL	Impacto	Probabilidade
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	167.950,77	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
MOBILIARIO EM GERAL	159.754,34	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIAS - PES CIVIL	157.135,03	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	152.347,94	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
AJUDA DE CUSTO - PESSOAL CIVIL	151.632,73	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
SERVICOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	150.000,00	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
COMUNICACAO DE DADOS	142.982,52	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL - CONTRATO TEMPORARIO	142.463,10	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
SERVICOS EXTRAORDINARIOS	142.000,00	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
SEGUROS EM GERAL	138.492,37	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
LOCACAO BENS MOV. OUT.NATUREZAS E INTANGIVEIS	121.949,00	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
TAXA DE ADMINISTRACAO	121.353,13	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
SENT.JUD.NAO TRANS.JULG CARAT CONT PENS CIVIL	120.440,76	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS DA APF	118.980,52	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
SENT.JUD.NAO TRANS JULG CARAT CONT AT CIVIL	111.560,00	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	101.318,39	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	43.719,95	0,50	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	MÉDIO	MÉDIO
OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	10.170,00	0,50	0,00	0,25	0,00	0,50	0,75	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
MATERIAL BIOLÓGICO	7.164,27	0,25	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA/RASTREAMENTO	6.341,67	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,25	0,25	0,00	0,75	1,50	MÉDIO	MÉDIO
MATERIAIS E MEDICAMENTOS P/ USO VETERINARIO	2.992,73	0,25	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,25	0,00	0,00	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	2.756,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,25	0,00	0,00	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	1.324,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,50	1,00	0,00	0,25	0,00	0,00	0,25	1,50	MÉDIO	MÉDIO
13. SALARIO	18.183.287,88	1,00	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	MÉDIO	BAIXO
VANTAGENS PERM.SENT.JUD.TRANS.JULGADO - CIVIL	575.213,26	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	MÉDIO	BAIXO
PASSAGENS PARA O PAIS	300.048,77	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	MÉDIO	BAIXO
MATERIAL DE EXPEDIENTE	233.024,31	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	MÉDIO	BAIXO
SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	219.084,90	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	MÉDIO	BAIXO
AUXILIO-FUNERAL INATIVO CIVIL	186.000,00	0,75	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	MÉDIO	BAIXO
MATERIAL PARA CERIMONIAL	79.915,78	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	72.096,96	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	69.501,90	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
MAQ., FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	68.691,40	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO

MATRIZ DE RISCOS

TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS	MATERIALIDADE		RELEVÂNCIA					CRITICIDADE					AVALIAÇÃO DO RISCO		
	Valor Empenhado	Subtotal 1	Não contém no PDI	Contém no PDI	Atividade Meio	Atividade Fim	Subtotal 2	Operacional	Estratégico	Segurança	Legal	Subtotal 3	TOTAL	Impacto	Probabilidade
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - CONTRATO TEMPORARIO	65.221,36	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
MATERIAL DE COPA E COZINHA	64.318,62	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
RESTITUICOES	58.811,92	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE	56.468,23	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
HOSPEDAGENS	53.190,79	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
ARMAZENAGEM	46.658,20	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
AUXILIO-FUNERAL ATIVO CIVIL	45.000,00	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	44.959,97	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	41.020,00	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
AUXILIO-CRECHE	36.162,35	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	36.069,55	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	33.047,00	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
AUXILIO-TRANSPORTE	32.497,55	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	31.126,63	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	29.507,87	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	28.637,47	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,25	0,00	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
RESSARCIMENTO DE PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO	28.468,74	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	22.182,09	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,25	0,00	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
OUTROS BENEF.ASSIST.DO SERVIDOR E DO MILITAR	19.379,55	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
AQUISICAO DE SOFTWARE	18.155,00	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,25	0,00	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	16.828,66	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
FERRAMENTAS	16.709,07	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	12.409,10	0,50	0,25	0,00	0,00	0,50	0,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	MÉDIO	BAIXO
GRATIFICACAO POR ATIVIDADES EXPOSTAS	11.123,38	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	8.375,89	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	7.760,00	0,25	0,25	0,00	0,00	0,50	0,75	0,00	0,25	0,00	0,00	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSOES	2.049,99	0,25	0,25	0,00	0,00	0,50	0,75	0,00	0,25	0,00	0,00	0,25	1,25	MÉDIO	BAIXO
SENTENCAS JUDICIAIS	9.867,28	0,50	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	BAIXO	ALTO
ADICIONAL NOTURNO DE CONTRATO TEMPORARIO	7.849,32	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	7.800,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	7.580,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,25	0,00	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	7.424,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,25	0,00	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	6.167,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,00	BAIXO	ALTO

MATRIZ DE RISCOS

TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS	MATERIALIDADE		RELEVÂNCIA					CRITICIDADE					AVALIAÇÃO DO RISCO		
	Valor Empenhado	Subtotal 1	Não contém no PDI	Contém no PDI	Atividade Meio	Atividade Fim	Subtotal 2	Operacional	Estratégico	Segurança	Legal	Subtotal 3	TOTAL	Impacto	Probabilidade
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	5.132,31	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
DIREITOS AUTORAIS	3.740,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,25	0,00	0,00	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
COMISSOES E CORRETAGENS	2.782,30	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	1.807,04	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
TAXAS	1.561,29	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTECNICO	560,32	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,25	0,00	0,00	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
MANUT.CONS.EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	459,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,25	0,00	0,00	0,00	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
VEICULOS DIVERSOS	361,79	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	339,98	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
FGTS	135,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
FERIAS - ABONO PECUNIARIO	70,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	1,00	BAIXO	ALTO
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	4.180,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	BAIXO	ALTO
CONFECCAO DE MATERIAL DE ACONDIC. E EMBALAGEM	3.369,68	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	BAIXO	ALTO
MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	2.599,95	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	BAIXO	ALTO
BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	1.663,98	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	BAIXO	ALTO
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	1.255,60	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	BAIXO	ALTO
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	1.185,80	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	BAIXO	ALTO
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	880,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	BAIXO	ALTO
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	0,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	BAIXO	ALTO
INDENIZACAO - REPRESSAO DELITOS FRONTEIRICOS	0,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	BAIXO	ALTO
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO EXTERIOR	0,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	BAIXO	ALTO
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	0,00	0,25	0,25	0,00	0,25	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	BAIXO	ALTO
Total geral	678.695.915,44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Observações da Matriz de Risco:

1. Materialidade:

- a) referência dos valores empenhados no período de janeiro a outubro de 2016 (até 28/10/16);
- b) os pesos utilizados (0,25; 0,50; 0,75; 1,00) foram estabelecidos com relacionando com a Lei 8.666/93 (artigo 23 e 24), sendo separando-se compras, Serviços, Pessoal e Encargos e Obras e Engenharia.

2. Relevância:

- a) o subcritério PDI vale de 0,25 a 0,50 conforme o tema da natureza da despesa detalhada não contém nele ou contém;
- b) o subcritério da atividade atribui 0,25 para a “meio” e 0,50 para a “fim”;
- c) quanto a atividade fim, independente se o tema da natureza da despesa detalhada ter relação com mais de uma (1) atividade, tipo ensino e pesquisa, o peso será de apenas 0,50, em razão de avaliar apenas a atividade como um todo.
- d) a soma dos subcritérios atinge 1,0 (100%) se contém no PDI e se é atividade fim.

3. Criticidade:

- a) para cada subcritério foi atribuído o peso de 0,25;
- b) havendo a incidência de todos os riscos atingirá a soma de 1,00 (100%);
- c) esta escala vai de pouco crítico a muito crítico conforme vai incidindo um (1) tipo de risco (0,25), dois (2) riscos (0,50), três (3) riscos (0,75) e quatro (4) riscos (1,0).

RELAÇÃO DE ÍNDICES, IMPACTO E PROBABILIDADE				
PARTES	CLASSIFICAÇÃO			
	ENTRE	IMPACTO	PROBABILIDADE	
1	0,00	0,33	BAIXO	BAIXO
2	0,34	0,67	BAIXO	MÉDIO
3	0,68	1,00	BAIXO	ALTO
4	1,01	1,33	MÉDIO	BAIXO
5	1,34	1,67	MÉDIO	MÉDIO
6	1,68	2,00	MÉDIO	ALTO
7	2,01	2,33	ALTO	BAIXO
8	2,34	2,67	ALTO	MÉDIO
9	2,68	3,00	ALTO	ALTO

MATRIZ DE RISCO				
IMPACTO	ALTO	2,01 a 2,33	2,34 a 2,67	2,68 a 3,00
	MÉDIO	1,01 a 1,33	1,34 a 1,67	1,68 a 2,00
	BAIXO	0,00 a 0,33	0,34 a 0,67	0,68 a 1,00
		BAIXO	MÉDIO	ALTO
		PROBABILIDADE		

9.2. Cronograma de Férias dos Servidores da Auditoria-Geral

FÉRIAS 2017												
Nº	Servidor	Exercício	1ª Parcela ou Parcela Única			2ª Parcela			3ª Parcela			Total de Dias
			Início	Término	Qtde Dias	Início	Término	Qtde Dias	Início	Término	Qtde Dias	
1	CAROLINE CASAGRANDE PINTO	2016	09/01/2017	18/01/2017	10	03/04/2017	12/04/2017	10	02/10/2017	11/10/2017	10	30
2	EDUARDO MOTTA DE CASTRO	2016	16/01/2017	04/02/2017	20	17/07/2017	26/07/2017	10			0	30
3	ENIO HENRIQUE TEIXEIRA	2016	09/01/2017	18/01/2017	10	17/07/2017	26/07/2017	10	11/12/2017	20/12/2017	10	30
4	FABRÍCIO BRUNELLI MACHADO	2016	02/03/2017	11/03/2017	10			0			0	0
5	JOAQUIM DE ARAÚJO GOMES	2016	01/02/2017	10/02/2017	10	05/06/2016	14/06/2016	10	02/10/2016	11/10/2016	10	30
6	JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA	2016			0	30/01/2017	18/02/2017	20			0	20
7	LINUS HELVÉCIO GONÇALVES RAMOS DE CASTRO	2016	11/04/2017	20/04/2017	10	19/07/2017	28/07/2017	10	02/10/2017	11/10/2017	10	30
8	RICARDO JOSÉ TORRES ALVES	2016	02/01/2017	11/01/2017	10	02/05/2017	21/05/2017	20			0	30

FÉRIAS 2017												
Nº	Servidor	Exercício	1ª Parcela ou Parcela Única			2ª Parcela			3ª Parcela			Total de Dias
			Início	Término	Qtde Dias	Início	Término	Qtde Dias	Início	Término	Qtde Dias	
1	CAROLINE CASAGRANDE PINTO	2017			0			0			0	0
2	EDUARDO MOTTA DE CASTRO	2017			0			0			0	0
3	ENIO HENRIQUE TEIXEIRA	2017			0			0			0	0
4	FABRÍCIO BRUNELLI MACHADO	2017			0			0			0	0
5	JOAQUIM DE ARAÚJO GOMES	2017			0			0			0	0
6	JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA	2017	02/10/2017	11/10/2017	10			0			0	10
7	LINUS HELVÉCIO GONÇALVES RAMOS DE CASTRO	2017			0			0			0	0
8	RICARDO JOSÉ TORRES ALVES	2017			0			0			0	0

9.3. UFJF entre as vencedoras no IV Concurso de Boas Práticas

O 4º Concurso de Boas Práticas recebeu ao todo 43 inscrições. Destas, selecionou 24 (vinte e quatro) práticas finalistas para realizar a avaliação in loco, estando a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) entre as classificadas, conforme relação abaixo:

IV Concurso de Boas Práticas (Finalistas)				
Categoria	Inscrito	Prática	Ministério Supervisor	UF
Fortalecimento dos Controles Internos	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	<u>Otimização da Fiscalização de Faturas dos Agentes Financeiros do FIES por meio de Software de Código Aberto - FisFa</u>	Ministério da Educação (MEC)	Brasília (DF)
Fortalecimento dos Controles Internos	Ministério da Justiça e Cidadania (MJC)	<u>Sistema de Doação e Equipagem - SIDE</u>	Ministério da Justiça e Cidadania (MJC)	Brasília (DF)
Fortalecimento dos Controles Internos	Eletrobras	<u>Aplicação de Modelo de Maturidade nas Práticas de Integridade Corporativa</u>	Ministério de Minas e Energia (MME)	Rio de Janeiro (RJ)
Fortalecimento dos Controles Internos	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Rio Grande do Sul (INCRA/RS)	<u>Projeto de Implantação de Sistema de Controle Interno - Método COSO - na área de Transferências Voluntárias do INCRA/RS</u>	Casa Civil da Presidência da República	Porto Alegre (RS)
Fortalecimento dos Controles Internos	Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE)	<u>Gestão de Projetos como instrumento de aprimoramento do controle interno: desenvolvimento e utilização de Metodologia de Gerenciamento de Projetos no acompanhamento e avaliação dos projetos de Segurança dos Jogos Rio 2016</u>	Ministério da Justiça e Cidadania (MJC)	Brasília (DF)
Fortalecimento dos Controles Internos	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	<u>Gestão Estratégica Integrada e Transparente</u>	Ministério da Educação (MEC)	Santa Maria (RS)
Fortalecimento dos Controles Internos	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	<u>Evolução na maturidade em gestão no DNIT como instrumento para melhoria do desempenho na execução dos empreendimentos de infraestrutura</u>	Ministério dos Transportes	Brasília (DF)
Aprimoramento das Auditorias Internas	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)	<u>A Auditoria Interna como fomentadora de atividades de Controle Interno em Empresas Públicas</u>	Ministério da Educação (MEC)	Brasília (DF)
Aprimoramento das Auditorias Internas	Diretoria de Abastecimento da Marinha (DABM/MB)	<u>Projeto de reavaliação de aquisições pela aplicação prática do conceito de itens intercambiáveis e/ou substitutos em estoque nos Centros de Distribuição da Marinha</u>	Ministério da Defesa	Rio de Janeiro (RJ)
Aprimoramento das Auditorias Internas	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	<u>Programa de monitoramento do PAINT</u>	Ministério da Educação (MEC)	Juiz de Fora (MG)
Promoção da Transparência Ativa e ou Passiva	Instituto Federal de Sergipe (IFS)	<u>Relatório de Governança Anual -RG</u>	Ministério da Educação (MEC)	Lagarto (SE)

IV Concurso de Boas Práticas (Finalistas)				
Categoria	Inscrito	Prática	Ministério Supervisor	UF
Promoção da Transparência Ativa e ou Passiva	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	<u>IFCE em Números: ferramenta para suporte às ações de permanência e êxito discente</u>	Ministério da Educação (MEC)	Fortaleza (CE)
Promoção da Transparência Ativa e ou Passiva	Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)	<u>Boletim de Execução Orçamentária UFOB</u>	Ministério da Educação (MEC)	Barreiras (BA)
Promoção da Transparência Ativa e ou Passiva	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	<u>Ferramenta de Gestão da Transparência e Controle Orçamentário do Campus Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (CE/UFSM)</u>	Ministério da Educação (MEC)	Santa Maria (RS)
Promoção da Transparência Ativa e ou Passiva	Ministério das Relações Exteriores	<u>Plano de Ação 2016</u>	Ministério das Relações Exteriores	Brasília (DF)
Promoção da Transparência Ativa e ou Passiva	Instituto Federal de Brasília (IFB)	<u>IFB em Números</u>	Ministério da Educação (MEC)	Brasília (DF)
Aprimoramento das Atividades de Ouvidoria	Secretaria Especial de Direitos Humanos	<u>A utilização de multicanais de atendimento enquanto instrumento de maior diálogo e alcance da população para o registro de denúncias de violações de direitos humanos pela Ouvidoria Nacional de Direitos</u>	Ministério da Justiça e Cidadania (MJC)	Brasília (DF)
Aprimoramento das Atividades de Ouvidoria	INMETRO	<u>Sior - Sistema Integrado de Ouvidorias da Rede Brasileira Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro</u>	Ministério da Indústria e Comércio (MDIC)	Rio de Janeiro (RJ)
Aprimoramento das Atividades de Ouvidoria	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)	<u>Integração estratégica através da efetividade da Ouvidoria</u>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	São Paulo (SP)
Aprimoramento das Atividades de Ouvidoria	Petrobras	<u>Reestruturação do processo de tratamento das denúncias pela Ouvidoria-Geral da Petrobras</u>	Ministério de Minas e Energia (MME)	Rio de Janeiro (RJ)
Aprimoramento das Atividades de Ouvidoria	Caixa Econômica Federal	<u>Base de Conhecimento da Ouvidoria da Caixa</u>	Ministério da Fazenda	Brasília (DF)
Aprimoramento das Apurações Disciplinares e de Responsabilização de Entes Privados	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA)	<u>Módulo de Referência Permanente para as Comissões de Sindicância e PAD em Plataforma Virtual de Aprendizagem</u>	Ministério da Educação (MEC)	Porto Alegre (RS)
Aprimoramento das Apurações Disciplinares e de Responsabilização	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	<u>O processo administrativo disciplinar digital</u>	Ministério da Fazenda	Salvador (BA)

IV Concurso de Boas Práticas (Finalistas)				
Categoria	Inscrito	Prática	Ministério Supervisor	UF
de Entes Privados				
Aprimoramento das Apurações Disciplinares e de Responsabilização de Entes Privados	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	<u>Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade Contratual</u>	Ministério dos Transportes	Brasília (DF)

Fonte: <http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/concursos/concurso-de-boas-praticas/iniciativas-finalistas>

A comissão julgadora avaliou as práticas apresentadas, considerando premiadas as 14 (quatorze) melhores práticas em cada categoria. O resultado foi publicado no início de dezembro de 2016, onde a UFJF foi uma das vencedoras neste concurso, conforme relação que segue (Fonte: <http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/concursos/concurso-de-boas-praticas/resultado>):

Categoria - Fortalecimento dos controles internos			
Órgão/Entidade	Prática	UF	Descrição
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	<u>Otimização da Fiscalização de Faturas dos Agentes Financeiros do FIES por meio de Software de Código Aberto - FisFa</u>	DF	O FisFa ou “Fiscaliza Fatura” é um software desenvolvido por servidores da casa, ligados diretamente à fiscalização de contratos no âmbito do FIES. Com a utilização do software, o processo de fiscalização das faturas dos Agentes Financeiros do FIES é exponencialmente otimizado, tanto em termos de agilidade quanto em termos de robustez no controle das informações dos contratados e do próprio SisFIES (Sistema Informatizado do FIES).
Ministério da Justiça e Cidadania - MJC	<u>Sistema de Doação e Equipagem - SIDE</u>	DF	O SIDE (Sistema de Doações e Equipagem) foi desenvolvido para executar programas federais de modo descentralizado através de doações diretas, com menores custos operacionais e possibilitando o atendimento a um número maior de unidades da federação.
Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - SESGE	<u>Gestão de Projetos como instrumento de aprimoramento do controle interno: desenvolvimento e utilização de Metodologia de Gerenciamento de Projetos no acompanhamento e avaliação dos projetos de Segurança dos Jogos Rio 2016.</u>	DF	Desde que o Brasil foi escolhido como sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Rio 2016, o entusiasmo de receber as competições esportivas passou a conviver com o desafio e a responsabilidade de ser um excelente anfitrião e entregar espetáculos bem organizados, sem desperdício de recursos públicos e, sobretudo, com segurança para as delegações de profissionais e milhões de expectadores e torcedores, dentro e fora das instalações onde os jogos se desenvolveriam.

Categoria - Aprimoramento das Auditorias Internas			
Órgão/Entidade	Prática	UF	Descrição
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH	<u>A Auditoria Interna como fomentadora de atividades de Controle Interno em Empresas Públicas</u>	DF	Trata-se de metodologia, desenvolvida a partir de 2012 no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), com o objetivo de apresentar aos seus gestores, na sede e filiais, a importância de se ter um ambiente de controle bem desenvolvido bem como o passo a passo para a criação e desenvolvimento de um Sistema de Controle Interno eficaz.
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	<u>Programa de monitoramento do PAINT</u>	MG	O Programa de Monitoramento é concebido para efetuar o monitoramento da execução das ações do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) da UFJF de cada exercício.

Categoria - Promoção de transparência ativa e/ou passiva			
Órgão/Entidade	Prática	UF	Descrição
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE	<u>IFCE em Números: ferramenta para suporte às ações de permanência e êxito discente</u>	CE	O projeto descrito neste documento foi realizado no Instituto Federal do Ceará - IFCE, instituição de ensino, pesquisa e extensão criada por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como parte integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, adiante referenciada apenas como Rede Federal. O IFCE oferta cursos de qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio e cursos superiores (de graduação e pós-graduação) em 29 campi localizados em municípios do estado do Ceará.
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	<u>Ferramenta de Gestão da Transparência e Controle Orçamentário do Campus Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (CE/UFSM)</u>	RS	A ferramenta compartilha o controle orçamentário em tempo real com as Chefias de cada Subunidade do CE/UFSM e comunidade em geral, além de facilitar a identificação de gastos totais e pequenos gastos, individualizando-os através de vários indicadores, tais como: gastos por setor, elementos de despesa, fluxo de caixa, período de gasto, servidor beneficiado, e análise gráfica. Ressalta-se que a ferramenta é de fácil manuseio e observação, sem custos adicionais à instituição, uma vez que a iniciativa serve para divulgar de forma ampla e democrática as informações orçamentário-financeiras do Centro de Educação, suprindo de informações os tomadores de decisão e sociedade em geral.
Instituto Federal de Brasília - IFB	<u>IFB em Números</u>	DF	A plataforma IFB em números é um sistema online concebido em agosto de 2015 para que a comunidade interna e externa pudesse visualizar informações de ensino, pesquisa, extensão e gestão relacionadas ao Instituto Federal de Brasília. O usuário pode navegar por meio de abas, selecionando módulos de informação, período de análise e indicadores a serem exibidos. Além disso, permite a extração do banco de dados nos formatos .CSV e Excel, dando liberdade ao usuário para que ele possa utilizá-los em sua própria análise.

Categoria - Aprimoramento das Atividades de Ouvidoria			
Órgão/Entidade	Prática	UF	Descrição
Secretaria Especial de Direitos Humanos	<u>A utilização de multicanais de atendimento enquanto instrumento de maior diálogo e alcance da população para o registro de denúncias de violações de direitos humanos pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos</u>	DF	A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos foi criada como um órgão de assistência direta e imediata da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem por competência legal exercer as funções de Ouvidoria Geral da Criança e Adolescente, da Pessoa com Deficiência, da Pessoa Idosa, da População LGBT, População de Rua e de outros grupos sociais vulneráveis.
INMETRO	<u>Sior - Sistema Integrado de Ouvidorias da Rede Brasileira Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro</u>	RJ	O Sior - Sistema Integrado de Ouvidorias da RBMLQ-I, criado em 2006, consiste em uma rede de Ouvidorias públicas estaduais integradas, em tempo real, com a finalidade de promover o atendimento às demandas por informação, reclamação, denúncia, elogio e/ou crítica dos cidadãos usuários dos serviços prestados pelo Inmetro, em todo território nacional. Esse Sistema possibilita registrar e monitorar o atendimento aos cidadãos, considerando perspectivas igualmente importantes dentre as quais se destacam: a qualidade, a agilidade, a transparência e o respeito ao cidadão, sendo estes valores que orientam a gestão do Inmetro.
Caixa Econômica Federal	<u>Base de Conhecimento da Ouvidoria da Caixa</u>	DF	A Base de Conhecimento da Ouvidoria Caixa foi projetada para atender três objetivos básicos: melhorar a percepção do cliente sobre a Instituição, assegurar a qualidade das informações prestadas ao público e garantir a produtividade e uniformidade no tratamento das demandas.

Categoria - Aprimoramento das apurações disciplinares e de responsabilização de entes privados			
Órgão/Entidade	Prática	UF	Descrição
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA	<u>Módulo de Referência Permanente para as Comissões de Sindicância e PAD em Plataforma Virtual de Aprendizagem</u>	RS	A Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), por intermédio da Secretaria dos Conselhos Superiores, desenvolveu um módulo de referência permanente para os servidores designados a atuar em Comissões de Sindicância e PAD, que utiliza o ambiente virtual de aprendizagem disponibilizado pelo Núcleo de Educação a Distância da UFCSPA (NEAD).
Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB	<u>O processo administrativo disciplinar digital</u>	BA	A prática consiste na formalização de processos administrativos disciplinares (PAD) com suporte documental em meio digital, no âmbito da Receita Federal do Brasil.
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	<u>Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade Contratual</u>	DF	<u>O Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (PAAR) das infrações praticadas por fornecedores do DNIT.</u>

ANEXO 2 – ATUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE AUDITORIA

O processo padrão de auditoria seguinte contempla as etapas que os servidores da auditoria deverão seguir para o desenvolvimento das atividades da unidade.

PROCESSO PADRÃO DE AUDITORIA INTERNA

I - PROCESSO DE AUDITAGEM

1. PLANEJAMENTO

- 1.1. PAINT - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA
- 1.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO (DAS AÇÕES)
- 1.3. ESTUDO DA LEGISLAÇÃO, DA DOCTRINA E JULGADOS DO TCU E DA JUSTIÇA
- 1.4. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DA UNIDADE AUDITADA
- 1.5. CAPACITAÇÃO SOBRE TEMAS DO ESCOPO
- 1.6. ELABORAÇÃO DE MATRIZ DE PLANEJAMENTO
- 1.7. ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE AUDITORIA
- 1.8. ELABORAÇÃO DE CHECK LIST E/OU OUTRAS FERRAMENTAS DE QUALIDADE

2. EXECUÇÃO

- 2.1. MEMORANDO DE COMUNICAÇÃO DE AUDITORIA E REUNIÃO DOS TRABALHOS
- 2.2. ELABORAÇÃO DE SA COM REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS/PROCESSOS
- 2.3. REUNIÃO COM A UNIDADE AUDITADA (APRESENTAÇÃO / ENTREGA SA / ATA)
- 2.4. RECEBIMENTO DOCUMENTOS / COLETA DE INFORMAÇÕES / ANÁLISE
- 2.5. ELABORAÇÃO DE MATRIZ DE ACHADOS
- 2.6. IDENTIFICAR AS EVIDÊNCIAS
- 2.7. PROCESSAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS
- 2.8. EXPEDIÇÃO DE SA INDAGANDO SOBRE OS ACHADOS

3. RELATÓRIO

- 3.1. 1ª PARTE (PREÂMBULO, ESCOPO, INFORMAÇÕES, CONSTATAÇÕES⁵):
- 3.2. COLETA DA RESPOSTA DA UNIDADE SOBRE A SA DE ACHADOS
- 3.3. 2ª PARTE (MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE, AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO)⁶
- 3.4. DISPONIBILIZAR RELATÓRIO PRELIMINAR
- 3.5. INSERIR MANIFESTAÇÃO UNIDADE AUDITADA, SE HOUVER
- 3.6. ENCAMINHAR RELATÓRIO PARA O REVISOR
- 3.7. PROCEDER ÀS CORREÇÕES APONTADAS PELO DO REVISOR, SE HOUVER
- 3.8. EMITIR O RELATÓRIO FINAL

4. ENCERRAMENTO

- 4.1. REUNIÃO DE BUSCA CONJUNTA DE SOLUÇÕES (ATA / FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO)
- 4.2. RECEBER FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO AUDITOR PELA UNIDADE AUDITADA
- 4.3. DISPONIBILIZAR O RELATÓRIO FINAL AO DIRIGENTE MÁXIMO, AO CONSU E À CGU
- 4.4. PUBLICAR O RELATÓRIO FINAL

II – MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

1. EMISSÃO DE NOTA DE AUDITORIA COM AS RECOMENDAÇÕES (ATUALIZAÇÕES)
2. ENCAMINHAMENTO DA NOTA DE AUDITORIA PARA O MONITORAMENTO

III – AVALIAÇÃO ANUAL

1. EMISSÃO DO RAIN - RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA
2. ENCAMINHAMENTO DO RAIN (CGU / DIRIGENTE MÁXIMO / CONSU)

⁵ No relatório preliminar as CONSTATAÇÕES conterão a DESCRIÇÃO SUMÁRIA, FATO, CAUSA e RECOMENDAÇÃO(ÕES).

⁶ Caso a manifestação justifique com o devido embasamento, desconstituindo o achado, então transferir para a seção das "INFORMAÇÕES".

ANEXO 3 – ATUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO PAINT



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Auditoria-Geral

Rua José Lourenço Kelmer, s/nº - Campus Universitário
São Pedro Cep 36.036-900 Juiz de Fora/MG
Telefone: (32) 2102-3984 - E-mail: auditoriageral@ufjf.edu.br

QUADRO I
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE DO PAINT

1 – Identificação do auditor
2 – Data e número da reunião
3 – Período de avaliação
4 – Identificação da ação/atividade do PAINT
5 – Descrição do escopo da ação/atividade do PAINT
6 – Número do Programa de Auditoria
7 – Descrição sucinta dos trabalhos realizados
8 – Descrição sucinta do cumprimento das orientações e recomendações contidas no Relatório de Monitoramento
9 – Descrição sucinta de fatores facilitadores e/ou limitadores diretos ao cumprimento das ações/atividades
10 – Atualização do Programa de Auditoria (alterações, inclusões, exclusões)
11 – Local e data:
12 – Nome e assinatura do auditor:

ANEXO 4 – ATUALIZAÇÃO DO MODELO DE PROGRAMA DE AUDITORIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Auditoria-Geral

Rua José Lourenço Kelmer, s/n° - Campus Universitário
 São Pedro Cep 36.036-900 Juiz de Fora/MG
 Telefone: (32) 2102-3984 - E-mail: auditoriageral@ufjf.edu.br

Programa de Auditoria nº/ano				
Unidade a ser auditada:				
Definição:				
Tipo de Auditoria:				
Tema:				
Gestão:				
Escopo:				
Objetivos:				
Servidores (equipe de execução e equipe de revisão):				
Técnicas de Auditoria:				
Procedimentos de Auditoria:				
Seleção dos documentos/processos a serem auditados:				
Questões de Auditoria:				
Alocação de Recursos:				
Observações:				
Cronograma de Atividades				
Processo Padrão de Auditoria			Data Inicial	Data Final
PLANEJAMENTO	1	2.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO (DAS AÇÕES)		
	2	1.3. ESTUDO DA LEGISLAÇÃO, DA DOUTRINA E JULGADOS DO TCU E DA JUSTIÇA		
	3	1.4. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DA UNIDADE AUDITADA		
	4	1.5. CAPACITAÇÃO SOBRE TEMAS DO ESCOPO		
	5	1.6. ELABORAÇÃO DE MATRIZ DE PLANEJAMENTO		
	6	1.7. ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE AUDITORIA		
	7	1.8. ELABORAÇÃO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO		
	8	1.9. SELEÇÃO DE FERRAMENTAS DE QUALIDADE		
EXECUÇÃO	9	2.1. MEMORANDO DE COMUNICAÇÃO DE AUDITORIA E REUNIÃO DOS TRABALHOS		
	10	2.2. ELABORAÇÃO DE SA COM REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS/PROCESSOS		
	11	2.3. REUNIÃO COM A UNIDADE AUDITADA (APRESENTAÇÃO / ENTREGA SA / ATA)		
	12	2.4. RECEBIMENTO DOCUMENTOS / COLETA DE INFORMAÇÕES / ANÁLISE		
	13	2.5. ELABORAÇÃO DE MATRIZ DE ACHADOS		
	14	2.6. IDENTIFICAR AS EVIDÊNCIAS		
	15	2.7. PROCESSAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS		
	16	2.8. EXPEDIÇÃO DE SA INDAGANDO SOBRE OS ACHADOS		
RELATÓRIA	17	3.1. 1ª PARTE (PREÂMBULO, ESCOPO, INFORMAÇÕES, CONSTATAÇÕES):		
	18	3.2. COLETA DA RESPOSTA DA UNIDADE SOBRE A SA DE ACHADOS		
	19	3.3. 2ª PARTE (MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE, AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO)		
	20	3.4. DISPONIBILIZAR RELATÓRIO PRELIMINAR		
	21	3.5. INSERIR MANIFESTAÇÃO UNIDADE AUDITADA, SE HOUVER		
	22	3.6. ENCAMINHAR RELATÓRIO PARA O REVISOR		
	23	3.7. PROCEDER ÀS CORREÇÕES APONTADAS PELO DO REVISOR, SE HOUVER		
	24	3.8. EMITIR O RELATÓRIO FINAL		

ENCERRAMENTO	25	4.1. REUNIÃO DE BUSCA CONJUNTA DE SOLUÇÕES (ATA / FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO)		
	26	4.2. RECEBER FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO AUDITOR PELA UNIDADE AUDITADA		
	27	4.3. DISPONIBILIZAR O RELATÓRIO FINAL AO DIRIGENTE MÁXIMO, AO CONSU E À CGU		
	28	4.4. PUBLICAR O RELATÓRIO FINAL		
Juiz de Fora, (dia) de (mês) de (ano).				
EQUIPE DE AUDITORIA:				
		NOME COMPLETO Servidor SIAPE	NOME COMPLETO Servidor SIAPE	
APROVAÇÃO DA CHEFIA:				
NOME COMPLETO Servidor SIAPE				

NOVO

Meu Drive > AUDITORIA-2016 > PAINT-2017

Grid, Info, Settings icons

- Meu Drive
- Compartilhados comigo
- Recentes
- Google Fotos
- Com estrela
- Lixeira
- Backups
- 5 GB de 15 GB usados
- Fazer upgrade do armazenamento

Nome ↑	Proprietário	Última modi...
AUDITO...	eu	6 de out de 2016
00. ...	eu	14 de out de 2016
01. l...	eu	20 de out de 2016
02. ...	eu	20 de out de 2016
03. ...	eu	20 de out de 2016
04. ...	eu	20 de out de 2016
05. l...	eu	20 de out de 2016
06. ...	eu	27 de out de 2016
07. ...	eu	18 de out de 2016
08. ...	eu	20 de out de 2016
09. ...	eu	20 de out de 2016
10. ...	eu	5 de out de 2016
11. ...	eu	20 de out de 2016
CAL...	eu	4 de out de 2016
CUR...	eu	13 de out de 2016
Esq...	eu	19 de out de 2016
FÉRI...	eu	14 de out de 2016
iso3...	eu	8 de out de 2016
LIN...	eu	6 de out de 2016
LIN...	eu	6 de out de 2016
PRO...	eu	11 de out de 2016
Proc...	eu	3 de out de 2016
Proc...	eu	14 de out de 2016
Rela...	eu	3 de out de 2016

PAINT-2017

Detalhes | Atividade

NO INÍCIO DESTE ANO

- PAINT-2017
- Cópia de 1. INTRODUÇÃ...

Você criou 3 itens
5 de out

- 1. INTRODUÇÃO DO ANEXO ...
- 00. PROPOSTA DE RESOLUÇ...
- LINKS ÚTEIS

Você fez o upload de 1 item
4 de out

- nova-gestao1.pdf

Você criou 1 item
4 de out

- CALENDÁRIO 2017

Você fez o upload de 2 itens
3 de out

- Processos Auditáveis UFJF - ...
- Relatorio de Gestao 2014 - U...

Você criou e compartilhou um item em
3 de out

- AUDITORIA-2016
- PAINT-2017

- Joaquim Gomes - Pode editar
- Caroline Casagrande - Pode editar
- Fabricao BRUNELLI MACHADO - Pode editar
- eduardo motta de castro - Pode editar
- Auditoria Geral - Pode editar
- Linus Helvecio - Pode editar
- Jose Alexandre da Silva - Pode editar

Mostrar menos

Nenhuma atividade registrada antes de 3 de outubro de 2016

NOVO

Meu Drive > AUDITORIA-2016 > PAINT-2017



	Nome ↑	Proprietário	Última modificação	Tamanho do arquivo
Meu Drive				
Compartilhados comigo	AUDITORIA BASEADA E...	eu	6 de out de 2016 eu	—
Recentes	00. PROPOSTA DE R...	eu	14 de out de 2016 Caroline Cas...	—
Google Fotos	01. INTRODUÇÃO D...	eu	20 de out de 2016 eu	—
Com estrela	02. UNIVERSIDADE F...	eu	20 de out de 2016 eu	—
Lixeira	03. UNIDADE DE AU...	eu	20 de out de 2016 eu	—
Backups	04. RELAÇÃO DE TE...	eu	20 de out de 2016 eu	—
5 GB de 15 GB usados	05. IDENTIFICAÇÃO ...	eu	20 de out de 2016 eu	—
Fazer upgrade do armazenamento	06. AÇÕES DE CAPA...	eu	27 de out de 2016 eu	—
	07. FORTALECIMEN...	eu	18 de out de 2016 Caroline Cas...	—
	08. RECOMENDAÇÃO...	eu	20 de out de 2016 eu	—
	09. CONCLUSÃO	eu	20 de out de 2016 eu	—
	10. REFERÊNCIAS	eu	5 de out de 2016 eu	—
	11. ANEXOS	eu	20 de out de 2016 eu	—
	CALENDÁRIO 2017	eu	4 de out de 2016 eu	—
	CURSOS DO PAINT 2...	eu	13 de out de 2016 Auditoria Geral	—
	Esqueleto do PAINT_...	eu	19 de out de 2016 eu	34 KB
	FÉRIAS SERVIDORES...	eu	14 de out de 2016 Jose Alexan...	—
	iso31000-gestc3a3o...	eu	8 de out de 2016 eu	392 KB
	LINK's ÚTEIS 1	eu	6 de out de 2016 eu	—
	LINKS ÚTEIS 2	eu	6 de out de 2016 eu	—
	PROCESSOS AUDITÁ...	eu	11 de out de 2016 Auditoria Geral	—
	Processos Auditáveis...	eu	3 de out de 2016 eu	7 MB
	Processos Auditáveis...	eu	14 de out de 2016 eu	8 MB
	Relatorio de Gestao ...	eu	3 de out de 2016 eu	11 MB